

29 SET. 1978

Bancários do Sul e Ilhas

Delegados sindicais dizem "não" ao congresso

Os delegados sindicais bancários do Sul e Ilhas decidiram, em reunião geral, apoiar a decisão da direcção, de não participar no próximo Congresso dos Sindicatos.

Esta decisão, que consta de uma moção aprovada por maioria, irá ser proposta à Assembleia Geral do Sindicato no dia 15 de Outubro, e será acompanhada, por sua vez, pela afirmação da identificação com os princípios e propostas da «Carta Aberta».

Os delegados bancários que tomaram a decisão de apoiar «intransigentemente» a luta da direcção do Sindicato «pela autonomia, democraticidade e unidade orgânica do movimento sindical português» não reconhecem, também, a Comissão Nacional Organizadora Provisória do Congresso.

Por outro lado, os delegados bancários do Sul e Ilhas decidiram não pagar mais quotas à Intersindical, a quem acusam de ser uma «barreira» à construção da central sindical única.

Página Um

29 SET. 1978 Lisboa

Congresso dos Sindicatos

Grande número de reuniões preparatórias

Com vista à preparação da próxima Reunião Geral de Sindicatos e do Congresso dos Sindicatos, têm-se efectuado centenas de assembleias, convocadas por direcções sindicais e comissões de trabalhadores de empresas de todos os sectores de actividade.

Com a aproximação da data da Reunião Geral de Sindicatos, em meados de Outubro, as comissões dinamizadoras distritais do Congresso têm sido solicitadas a participar nas reuniões preparatórias. Só no distrito de Lisboa, a comissão dinamizadora, durante os últimos dez dias, foi solicitada para mais de meia centena de reuniões. Hoje, no distrito de Lisboa, haverá plenários gerais de trabalhadores na Sociedade Lisbonense de Metalização, no Montepio, na Caixa do Comércio, da Construção Civil e dos Rodoviários, na fábrica da Icesa, na Sotanco,

nas instalações fabris da Lever, na Petrogal e no sector marítimo da Shell. Hoje também, reunir-se-ão em plenário os trabalhadores têxteis da zona de Lisboa, na sede do respectivo sindicato. Para a próxima sexta-feira, estão previstos plenários de discussão e preparação para o Congresso em empresas como a Cimianto, Nitratos de Portugal, Lusalite, Cimentos Tejo e Sociedade Estoril Sol.

No que respeita às direcções sindicais afectas ao grupo "carta aberta", a actividade tem sido reduzida, já porque tem sido pequeno o número dos

plenários convocados, já porque tem sido diminuta a afluência daqueles que se chegaram a realizar.

Entretanto, diversas direcções sindicais abandonaram já o grupo "carta aberta", por pressão dos trabalhadores em assembleias gerais, plenários e reuniões de delegados sindicais. Contudo, algumas direcções, às quais foi exigido o abandono do grupo "carta aberta", alegam o cumprimento do programa que apresentaram para o não acatamento da resolução dos seus representados. Para já, deixaram a sua posição de aderentes e subscritores da "carta aberta" o Sindicato dos Telefonistas do Norte, dos Gráficos de Braga, dos Metalúrgicos de Portalegre, dos Rodoviários de Leiria, dos Trabalhadores dos Correios e Telecomunicações e dos Escritórios de Leiria.

A saída destes Sindicatos vem-se somar às declarações de outras direcções que

passam a não consentir a inclusão do nome do respectivo sindicato nos documentos do grupo "Carta aberta", sem consulta prévia.

PESCADORES REUNEM NA DOCA PESCA

A Direcção da Secção Regional de Lisboa, do Sindicato Livre dos Pescadores, o Sindicato dos Pescadores da Nazaré e o Sindicato dos Pescadores do Distrito de Faro convocaram para o próximo domingo às 10 horas, uma reunião que terá lugar na Doca Pesca, em Pedrouços. A referida reunião, que terá como ponto único a discussão e participação dos pescadores no Congresso dos Sindicatos deverá ter a participação de todas as direcções de Sindicatos de Pescadores e de todas as Secções do Sindicato Livre dos Pescadores a nível nacional.

DELEGADOS SINDICAIS DOS BANCÁRIOS DECIDEM NÃO PAGAR QUOTAS À INTERSINDICAL

Em reunião geral ontem efectuada, os delegados sindicais dos bancários do Sul e Ilhas analisaram o processo em curso relacionado com a realização do Congresso Sindical.

Numa proposta aprovada, e após vários considerandos, decidiram aqueles delegados:

«Apolar intransigentemente a Direcção do nosso Sindicato na luta que vem travando pela autonomia, democraticidade e unidade orgânica do movimento sindical português;

Identificar-se com os princípios e propostas decorrentes da «Carta Aberta»;

Não reconhecer a chamada «Comissão Nacional Organizadora Provisória» nem qualquer das deliberações antidemocráticas da reunião de direcções sindicais que teve lugar no Instituto Superior Técnico, no passado dia 4 de Setembro;

Repudiar as calúnias que vêm sendo difundidas a partir do Secretariado da Intersindical sob a capa da denominada «Comissão Nacional Organizadora Provisória»;

Que o nosso Sindicato não se faça representar no 2.º Congresso da Intersindical, mesmo que designado «Congresso de todos os Sindicatos pela unidade, pela reestruturação da Intersindical...» e continue a lutar pela construção da verdadeira Central Sindical Única, autónoma, democrática e indepen-

dente segundo os princípios decorrentes da «Carta Aberta»;

Que não se paguem quaisquer quotas à Intersindical, vencidas ou vincendas, enquanto aquela organização se mantiver como barreira à construção da verdadeira Central Sindical representativa dos trabalhadores portugueses».

19 Jan
29/9/76

CONGRESSO DOS SINDICATOS

29/9/76

Delegados dos Escritórios votam desconfiança na direcção

Os delegados sindicais dos trabalhadores de escritório de Lisboa, reunidos ontem em plenário, aprovaram um voto de desconfiança à respectiva direcção e exigiram que a mesma se retire da Comissão de Redacção da Carta Aberta e participe nos trabalhos da Comissão Nacional Organizadora Provisória do Congresso dos Sindicatos.

Na reunião, convocada pela própria direcção, foi apreciado o seu comportamento face ao Congresso, que se considerou ser uma forma de trabalho paralelo. Os delegados sindicais dos

escritórios condenaram esse tipo de actuação, vinculando a direcção à defesa da unidade e à divulgação do projecto de regulamento do Congresso apresentado pela C. N. O. P.

O projecto, bem como as propostas ontem aprovadas, deverão ser divulgados e discutidos até ao próximo dia 4, como forma de preparação da assembleia geral extraordinária a realizar durante a primeira quinzena do próximo mês.

O plenário, que se efectuou na «Voz do Operário», foi dos mais concorridos de sempre.

PUB.

29/9/76

Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Químicas do Centro, Sul e Ilhas Adjacentes e Moagens do Centro e Sul

Campo dos Mártires da Pátria, 50-2.º Dt.º (Sede) Telef. 5 89 34/55 86 30 — LISBOA

AOS TRABALHADORES QUÍMICOS TODOS À ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

CAMARADAS,

O Movimento Sindical foi criado e reforçado pelos trabalhadores para defender os seus interesses de classe, para unir todos os trabalhadores na luta comum, para uma vida melhor, liberta de exploração.

É necessário lutar por uma política salarial e de contratação colectiva que melhore o poder de compra das classes laboriosas. É forçoso que estejamos unidos contra o desemprego e os despedimentos. Temos de lutar contra a recuperação capitalista que põe em causa:

AS NACIONALIZAÇÕES, A REFORMA AGRÁRIA, O CONTROLO OPERÁRIO

Temos de discutir as leis fundamentais e defender a Constituição. Devemos estar unidos para alcançarmos estes objectivos.

EM FRENTE PELO CONGRESSO DE TODOS OS SINDICATOS!
PELA UNIDADE DOS TRABALHADORES!
PELA REESTRUTURAÇÃO DA INTERSINDICAL NACIONAL — CONFEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES PORTUGUESES!
TODOS À ASSEMBLEIA, QUE NINGUÉM FALTE!

CONVOCATÓRIA

Nos termos do Art.º 27.º alínea b dos estatutos, convoco uma Assembleia Geral Extraordinária, a realizar no dia 9 de Outubro (sábado) pelas 10 horas na Voz do Operário, Rua da Voz do Operário em Lisboa com a seguinte Ordem de Trabalhos:

- 1 — Congresso de Todos os Sindicatos Portugueses — Discussão e deliberação do Projecto de Regulamento.
- 2 — Informação sobre as negociações do CCT Vertical para a Indústria Química e Indústria Alimentar.

NOTA: Camarada mulher, não faltes à nossa Assembleia, a nossa luta é a luta de todos os trabalhadores.

EM FRENTE COM O CONGRESSO DE TODOS OS SINDICATOS!
NA UNIDADE A VITÓRIA DOS TRABALHADORES!
A LUTA CONTINUA!
UNIDOS VENCEREMOS!

Lisboa, 27 de Setembro de 1976

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral
(illegível)

DELEGAÇÃO DA INTER NA POLÓNIA

29/9/76

Terminou a sua visita à Polónia a delegação da Intersindical, que tomou contacto com o desporto, a cultura física e o papel dos sindicatos na vida desportiva do país — informa o jornal polaco «Głos Pracy».

No final da sua visita, os elementos da delegação portuguesa foram recebidos por Wiesław Nowosielski, presidente da organização sindical para a cultura física e turismo, que os informou dos êxitos da cultura física na Polónia e do papel desempenhado neste domínio pelo Conselho Central de Sindicatos.

DELEGADOS DOS BANCÁRIOS REAFIRMAM APOIO À DIRECÇÃO E RECUSAM PARTICIPAR NO CONGRESSO

Os delegados sindicais dos Bancários do Sul e Ilhas decidiram, em reunião geral ontem realizada, apoiar a direcção na sua recusa em participar no próximo Congresso dos Sindicatos.

Esta decisão, constante de uma moção aprovada por maioria (235 votos contra 201) após longo e aceso debate, será submetida à apreciação da assembleia geral de trabalhadores, a realizar no próximo dia 15, que resolverá, em definitivo, qual a posição dos bancários em relação ao Congresso.

A outra moção votada em alternativa e derrotada, como dissemos, recomendava à direcção que abandonasse as reuniões paralelas da Carta Aberta, integrando-se nas discussões preparatórias do Congresso de Todos os Sindicatos.

A moção vencedora ainda apontava para a cessação do pagamento de quotas à Intersindical, acusada de constituir «uma barreira à construção da central sindical única».

Além desta reunião dos delegados bancários, realizaram-se, ainda ontem, os plenários gerais dos delegados dos Metalúrgicos de Setúbal (à tarde, no cinema dos Ferrovários do Barreiro), e dos

reuniões para análise, discussão e deliberação do Congresso dos Sindicatos, na zona da sua influência (Santarém, Lisboa e todo o Sul do Tejo), desde hoje e até ao próximo dia 9.

A primeira reunião terá lugar em Lisboa, na sede do Sindicato e, posteriormente, em Cacém, Moscavide, Torres Novas, Cova da Piedade, Barreiro, Faro, Évora, Portalegre, culminando no dia 9 com uma assembleia geral em Lisboa.

O segundo ponto da ordem de trabalhos é a discussão do contrato único e vertical do sector.

Por outro lado, foram convidados a participar nestas reuniões representantes das direcções dos Sindicatos dos Bancários e dos Escritórios de Lisboa.

Hoje ainda, a BASE — Frente Unitária de Trabalhadores promove um colóquio sobre «O Actual Momento do Movimento Sindical Português», que terá lugar no Centro Nacional de Cultura (Rua António Maria Cardoso, 68, 1.º), pelas 21 horas.

M. R. P. P.: CONTRA O «SOCIAL-FASCISMO» NO MOVIMENTO SINDICAL

Entretanto, o M. R. P. P., através do seu Comité para o Trabalho Sindical Zona Karl Marx, divulgou um comunicado sobre o encontro, em Coimbra, dos «Sindicatos Democráticos», que classifica como «uma vitória das forças democráticas que, compreendendo a natureza reaccionária e irrecuperável do inimigo principal a combater no movimento sindical — o social-fascismo — assumem uma posição firme e clara».

Afirma o M. R. P. P. a determinada passagem do seu comunicado:

«A unidade possível e de-

sejável é a que deve ser forçada no seio dos trabalhadores e não através de negociações e acordos com uma organização — a Intersindical — que já provou que a sua política é a do golpe e que a sua função é servir-se dos trabalhadores, trai-los nas suas lutas, tentar lançá-los uns contra os outros, não hesitando recorrer à arma preferida de todos os reaccionários: a calúnia e a intriga.»

Mais à frente, pergunta e comenta:

«Porque é que os social-fascistas presentes se mostraram, como vai sendo hábito, tão preocupados em renegar a família revisionista e em não querer falar do seu passado triste (igual ao presente e igual ao seu futuro!) dizendo que não tinham nada a ver com os «erros» da Intersindical (é assim que eles designam os seus golpes e traições!), «erros» que, dizem eles provocatoriamente, «todos cometemos»? Como se eles e o secretariado da Inter e o partido social-fascista que os une, não fossem uma e mesma coisa! Como se eles não tivessem nada a ver com a política da Intersindical que explica tais «erros», e que eles aprovavam sempre «por unanimidade e aclamação»!

delegados dos trabalhadores de Escritório de Lisboa (com início às 21 horas, na Voz do Operário). Aliás, após as eleições das Comissões Dinamizadoras Distritais, acelerou-se o debate das questões relativas à preparação e realização do Congresso dos Sindicatos, multiplicando-se os encontros de delegados sindicais e as assembleias de trabalhadores.

Não nos foi possível, durante a manhã, obtermos quaisquer informações sobre o encontro dos delegados dos Metalúrgicos de Setúbal.

Quanto à reunião da Voz do Operário, depreendemos, das palavras de um elemento da direcção dos Escritórios, que ela evidenciou equilíbrio entre as posições em confronto (uma, apoiando a direcção como subscritora da «Carta Aberta», e a outra, censurando-a por esse facto, e exigindo a participação da Comissão Organizadora Provisória). De qualquer maneira, o plenário não era deliberativo, e, entretanto, o Sindicato dos Escritórios continua empenhado em sessões de esclarecimento diárias, nas empresas com mais de 100 trabalhadores. Já se fizeram — segundo nos informaram — cerca de 40 (e algumas delas com a participação da Comissão Organizadora), e estão programadas mais sessões até ao próximo dia 10 de Outubro. Hoje mesmo, a direcção do sindicato promove mais uma sessão na Gelmar.

AMPLA DISCUSSÃO ENTRE OS TEXTEIS

Também os delegados sindicais dos Textéis do Sul se vão reunir hoje (a partir das 14 e 30, quando a nossa edição já está encerrada) no Instituto Superior Técnico.

De resto, a direcção deste sindicato promove várias

Os trabalhadores democratas, antifascistas e anti-social-fascistas devem reforçar a sua unidade a partir dos locais de «trabalho, na base das justas posições e decisões agora tomadas pelos Sindicatos Democráticos em Coimbra; devem exigir que essas resoluções sejam respeitadas e amplamente divulgadas e discutidas junto dos trabalhadores; devem organizar-se e mobilizar-se para a luta pela imposição de um Congresso Democrático e pela criação de uma Central Sindical Única e Democrática, ao serviço da classe operária e de todo o povo trabalhador.»

SINDICATO DOS BANCÁRIOS DO SUL E ILHAS

- 1.º — CONSIDERANDO QUE A CISÃO DO MOVIMENTO SINDICAL PORTUGUÊS SE DEVE AO FACTO DE TER SIDO RECONHECIDA PELO APARELHO DE ESTADO A INTERSINDICAL COMO CONFEDERAÇÃO GERAL DOS SINDICATOS, IMPEDINDO-SE ASSIM QUE OS TRABALHADORES, QUE NÃO FORAM OUVIDOS PARA TAL ACTO, CONSTRUISSEM DEMOCRÁTICA E LIVREMENTE A SUA CENTRAL SINDICAL ÚNICA, AUTÓNOMA, DEMOCRÁTICA E INDEPENDENTE;
- 2.º — CONSIDERANDO QUE A INTERSINDICAL FOI, À PARTIDA, UM APARELHO AO SERVIÇO DE UM GOVERNO E DE UM PARTIDO, REJEITADOS PELA GRANDE MAIORIA DOS TRABALHADORES DESTES PAIS, SITUAÇÃO QUE A PERPETUAR-SE SERIA EXTREMAMENTE ABERRANTE NA ACTUAL FASE DE TRANSIÇÃO DEMOCRÁTICA PARA O SOCIALISMO;
- 3.º — CONSIDERANDO QUE A DIVISÃO DOS TRABALHADORES DECORRENTE DE TAIS FACTOS (BASEADOS NA LEI DA UNICIDADE, NO 1.º DE MAIO DE 1975 NO CONGRESSO DE JULHO DO MESMO ANO) COBERTOS DESPUÐORADAMENTE PELO SECRETARIADO DA INTERSINDICAL SÓ PODERÁ SER ULTRAPASSADA ATRAVÉS DE UM CONGRESSO DEMOCRÁTICO DE TODOS OS SINDICATOS PARA A UNIDADE.
- 4.º — CONSIDERANDO QUE ESSE CONGRESSO SÓ PODERÁ SER AUTÓNOMO E DEMOCRÁTICO SE FÔR ÚNICA E EXCLUSIVAMENTE ORGANIZADO E REALIZADO POR UMA COMISSÃO NACIONAL ORGANIZADORA QUE INTEGRE TODAS AS CORRENTES DE OPINIÃO POLITICO-SINDICAL COM EFECTIVA EXPRESSÃO NO MOVIMENTO SINDICAL PORTUGUÊS SEM QUE HAJA LUGAR A HEGEMONIAS DE QUALISQUER UMA DELAS OU RESULTANTE DE ALIANÇAS QUE ENTRE SI SE POSSAM ESTABELECEER;
- 5.º — CONSIDERANDO QUE IMPEDIR A EXISTÊNCIA DE UMA COMISSÃO NACIONAL ORGANIZADORA ESTRUTURADA NESTES PRINCÍPIOS É CONTRARIAR CLARAMENTE PARA A INSTITUCIONALIZAÇÃO DO PLURALISMO SINDICAL QUE AS FORÇAS ANTIOPERARIAS NÃO DEIXARÃO DE DESENCADEAR E EXPLORAR;
- 6.º — CONSIDERANDO O QUE VEM CLARA E INEQUIVOCAMENTE EXPRESSO NO PROGRAMA VOTADO PELA ESMAGADORA MAIORIA DOS TRABALHADORES BANCÁRIOS E QUE VINCULA ESTES E A DIRECÇÃO DO NOSSO SINDICATO A UMA LUTA CONSEQUENTE PELA CONSTRUÇÃO DA VERDADEIRA CENTRAL SINDICAL, ÚNICA, AUTÓNOMA, DEMOCRÁTICA E INDEPENDENTE;
- 7.º — CONSIDERANDO QUE A UNIDADE DOS TRABALHADORES ULTRAPASSA OS SINDICATOS FILIADOS NA INTERSINDICAL E EXIGE A AUSCULTAÇÃO E MOBILIZAÇÃO DOS SINDICATOS NÃO FILIADOS, TAREFA INICIADA EXCLUSIVAMENTE PELA COMISSÃO DE REDACÇÃO DA CARTA ABERTA, DE QUE A NOSSA DIRECÇÃO FAZ PARTE COM O APOIO CLARO DE GRANDE MASSA DE TRABALHADORES BANCÁRIOS QUE DEFENDEM O SEU PROGRAMA;
- 8.º — CONSIDERANDO QUE A CHAMADA «COMISSÃO NACIONAL ORGANIZADORA PROVISÓRIA» NÃO É MAIS DO QUE UMA MANIFESTAÇÃO DE ARROGÂNCIA E DE FRAQUEZA DA INTERSINDICAL, QUE, NO PLENÁRIO ONDE A MESMA FOI CONSTITUÍDA, FEZ NELA INCLUIR SINDICATOS DEMOCRÁTICOS QUE NÃO SÓ NÃO ESTAVAM PRESENTES COMO TINHAM DENUNCIADO E REPUDIADO PUBLICAMENTE AS INTENÇÕES DE TAL PLENÁRIO;
- 9.º — CONSIDERANDO PORTANTO QUE A CONSTITUIÇÃO DESTA DITA «COMISSÃO NACIONAL ORGANIZADORA PROVISÓRIA» NÃO É MAIS DO QUE UMA FORMA CAPCIOSA DE TENTAR FAZER ACEITAR PELOS TRABALHADORES POSIÇÕES QUE O SECRETARIADO POR SI SÓ NÃO CONSEGUIRIA.
- OS DELEGADOS SINDICAIS DO SINDICATO DOS BANCÁRIOS DO SUL E ILHAS, REUNIDOS EM REUNIÃO GERAL NO DIA 28 DE SETEMBRO DE 1976, CONCLUEM E DELIBERAM PROPOR À ASSEMBLEIA GERAL A REALIZAR EM 15 DE OUTUBRO P.F.

- 1 — APOIAR INTRANSIGENTEMENTE A DIRECÇÃO DO NOSSO SINDICATO NA LUTA QUE VEM TRAVANDO PELA AUTONOMIA, DEMOCRATICIDADE E UNIDADE ORGÂNICA DO MOVIMENTO SINDICAL PORTUGUÊS;
- 2 — IDENTIFICAR-SE COM OS PRINCÍPIOS E PROPOSTAS DECORRENTES DA CARTA ABERTA;
- 3 — NÃO RECONHECER A CHAMADA «COMISSÃO NACIONAL ORGANIZADORA PROVISÓRIA» NEM QUALQUER DAS DELIBERAÇÕES ANTIDEMOCRÁTICAS DA REUNIÃO DE DIRECÇÕES SINDICAIS QUE TEVE LUGAR NO INSTITUTO SUPERIOR TÉCNICO NO PASSADO DIA 4 DE SETEMBRO;
- 4 — REPUDIAR AS CALÚNIAS QUE VÊM SENDO DIFUNDIDAS A PARTIR DO SECRETARIADO DA INTERSINDICAL SOB A CAPA DA DENOMINADA «COMISSÃO NACIONAL ORGANIZADORA PROVISÓRIA»;
- 5 — QUE O NOSSO SINDICATO NÃO SE FAÇA REPRESENTAR NO 2.º CONGRESSO DA INTERSINDICAL, MESMO QUE DESIGNADO «CONGRESSO DE TODOS OS SINDICATOS PELA UNIDADE, PELA REESTRUTURAÇÃO DA INTERSINDICAL...» E CONTINUE A LUTAR PELA CONSTRUÇÃO DA VERDADEIRA CENTRAL SINDICAL ÚNICA, AUTÓNOMA, DEMOCRÁTICA E INDEPENDENTE SEGUNDO OS PRINCÍPIOS DECORRENTES DA CARTA ABERTA;
- 6 — QUE NÃO SE PAGUEM QUALISQUER QUOTAS À INTERSINDICAL, VENCIDAS OU VINCENDAS, ENQUANTO AQUELA ORGANIZAÇÃO SE MANTIVER COMO BARREIRA À CONSTRUÇÃO DA VERDADEIRA CENTRAL SINDICAL REPRESENTATIVA DOS TRABALHADORES PORTUGUESES.
- 7 — QUE SEJA DADO CONHECIMENTO DESTA MOÇÃO A TODOS OS TRABALHADORES E AOS ÓRGÃOS DA COMUNICAÇÃO SOCIAL, ESCRITA, DIÁRIA, SE NECESSÁRIO COMO PUBLICIDADE PAGA.

APROVADA POR MAIORIA

Marcelo Curto recebe a Intersindical

Inatel e legislação de trabalho são os assuntos a ser abordados entre o ministro do Trabalho, Marcelo Curto, e o secretariado da Intersindical, que hoje se reúnem, às 15 e 30. Como se sabe, a Inter contestou a nota oficiosa do Ministério do Trabalho relativa à elaboração da legislação de trabalho, considerando-a inconstitucional.

O secretariado da Inter, que já foi recebido pelo primeiro-ministro, terá ainda um encontro amanhã com o Provedor da Justiça, a quem exporá a sua posição sobre a referida nota oficiosa.

Entretanto, Marcelo Curto informou ontem os jornalistas, à entrada para o Conselho de Ministros, que os assuntos de trabalho serão debatidos na próxima reunião extraordinária do Governo, que terá lugar amanhã, sendo provável que venham a surgir importantes «novidades».

A INTER RECEBIDA HOJE POR MARCELO CURTO

O ministro do Trabalho recebe hoje a Intersindical, conforme informou o dr. Marcelo Curto, a sua entrada esta tarde para a reunião do Conselho de Ministros.

Nessa reunião serão tratadas questões relativas aos projectos anunciados em nota oficiosa sobre a legislação de alguns problemas de trabalho e assuntos relacionados com a Inatel. Os assuntos de trabalho referidos serão também assunto de debate na reunião extraordinária do Conselho de Ministros a realizar amanhã.

Sobre o processo de desocupação de terras em curso no Alentejo o dr. Marcelo Curto informou que os delegados do seu Ministério estão a colaborar com os governadores civis na execução das medidas aprovadas pelo Conselho de Ministros, acrescentando que, até ao momento, não há notícia de qualquer incidente.

Ainda sobre este assunto, o ministro do Trabalho considerou a atitude dos Sindicatos rurais como «de bom senso político» e comprovadora de que «têm em conta que a reforma agrária vai continuar, e as expropriações planeadas vão continuar, algumas delas até em conjugação com as desocupações».

Delegados bancários do Sul apoiam política da direcção

● *Intersindical promove encontro de jovens*

Encontro regional da juventude

A participação organizada da juventude, no Congresso dos Sindicatos, a defesa dos direitos específicos dos jovens e o reforço da sua intervenção no movimento sindical são os objectivos prioritários do Encontro Regional da Juventude, Trabalhadora de Lisboa e Setúbal, que se realiza em 28 de Novembro, na capital, por iniciativa da Intersindical.

Os temas do encontro, que ontem foram apresentados aos jornalistas por diversas comissões sindicais de juventude, estão organizados em quatro grandes secções, que englobam os problemas dos jovens na empresa, a ocupação dos tempos livres, a ligação da juventude ao movimento sindical e as questões levantadas pelo estatuto do trabalhador estudante. Participarão na comissão organizadora do encontro todas as comissões sindicais de juventude que quiserem fazer-se representar.

A comissão organizadora dispõe já de um secretariado executivo, eleito em 25 de Setembro, durante uma reunião de departamentos de juventude de diversas associações sindicais. Compõem o secretariado os Sindicatos dos Metalúrgicos e da Construção Civil de Lisboa e Setúbal, da Hotelaria e Comércio de Lisboa, dos Electricistas e dos Têxteis do Sul, as União Sindicais de Lisboa e Setúbal, e, por fim, representantes das associações de trabalhadores-estudantes.

O secretariado, que deverá preparar até amanhã o projecto de regulamento do encontro, terá como principal tarefa a elaboração de teses e documentos-base que serão depois discutidos, alterados e votados em plenários de empresa e de zona, para mais tarde serem apresentados no encontro regional.

Nas reuniões de empresa e de zona, serão, ainda, eleitos jovens trabalhadores, que, em conjunto com as comissões ou departamentos de juventude, constituirão o corpo de delegados do Encontro.

Os elementos das comissões sindicais ontem presentes na conferência de imprensa frisaram que os jovens irão lutar para que as teses finais da reunião de Novembro venham a ser consignadas nos contactos colectivos de trabalho, como forma de assegurar os direitos da juventude na legislação laboral.

Dentro deste espírito, poderão ser alargadas a todo o País iniciativas semelhantes à que agora foi apresentada.

Juventude e revolução

No manifesto que anuncia o Encontro Regional as comissões sindicais organizadoras destacam «as grandes e importantes vitórias que a revolução portu-

guesa trouxe para a juventude, com o fim das guerras coloniais, as liberdades democráticas, as nacionalizações, o «controle» operário e a reforma agrária».

Embora salientando que os jovens têm «constituído uma barreira defensora daquelas vitórias», o documento sublinha que subsistem ainda muitas injustiças e problemas no que respeita à juventude trabalhadora. São assim referidos o desemprego, a exploração da mão-de-obra infantil, a discriminação etária ou sexual, e as

carências no ensino, no desporto e na cultura em geral.

Por outro lado, segundo as comissões de jovens, os contratos colectivos pouco ou nada falam dos mais novos, «tornando-se, por isso necessário que estes passem a participar na discussão dos contratos laborais, lutando pelos seus direitos específicos».

Dentro desta perspectiva, os departamentos sindicais de juventude consideram fundamental a realização do congresso de todos os sindicatos, onde deverão participar de forma organizada.

Os delegados sindicais dos bancários do sul e ilhas decidiram, em reunião geral por escassa maioria, apoiar a actuação da direcção do sindicato no seio da Carta Aberta.

A moção, aprovada, na reunião geral de ontem, será apresentada a uma assembleia geral de trabalhadores no dia 15 de Outubro na qual os bancários tomarão posições definitivas face ao congresso dos sindicatos.

Os delegados propuseram também que o sindicato não se faça representar no «II Congresso da Inter e continue a lutar pela verdadeira central única, autónoma e independente».

A moção aprovada obteve 235 votos, contra 201 de uma outra que recomendava a direcção que se retirasse das «reuniões paralelas da Carta Aberta, integrando-as nas discussões preparatórias do congresso de Todos os Sindicatos».

Três posições duas propostas

Na reunião geral de ontem e na sequência da primeira sessão realizada no dia anterior, foi notória a confrontação de três posições fundamentais.

Por um lado, a posição da direcção apoiada por diferentes sectores de delegados sindicais, e que viria a obter a maioria, defendendo a linha da Carta Aberta.

Por outro lado, duas posições que viriam a apoiar a proposta derrotada: uma, afecta às opiniões do Secretariado da Intersindical, e a outra contestando a cúpula da central sindical, mas defendendo a participação do sindicato na organização do Congresso de Todos os Sindicatos através da comissão nacional organizadora provisória.

O debate, que se arrastou por mais de cinco horas, foi por vezes bastante agitado, nomeadamente quando a mesa que dirigia os trabalhos disse não aceitar «pontos de ordem», o que motivou a contestação da assembleia.

Bancários do Sul e Ilhas dizem «não» a Congresso dos Sindicatos

29/9/78 29 SET 1978

Os Delegados Sindicais Bancários do Sul e Ilhas decidiram, em reunião geral ontem realizada, apoiar a decisão da sua direcção de não participar no próximo Congresso dos Sindicatos. Esta decisão, que consta duma moção aprovada por maioria e que irá ser proposta à Assembleia Geral do Sindicato, no dia 15 de Outubro, é acompanhada, por sua vez, pela afirmação da identificação com os princípios e propostas da Carta Aberta.

Os delegados bancários que tomaram a decisão de apoiar «intransigentemente» a luta da direcção do sindicato «pela autonomia, democraticidade e unidade orgânica do movimento sindical português» não reconhecem, também, a Comissão Nacional Organizadora Provisória do Congresso.

Por outro lado, os Delegados Bancários do Sul e Ilhas decidiram não pagar mais quotas à Intersindical, a quem acusam de ser uma «barreira» à construção da central sindical única.

A partir de hoje e até ao próximo dia 9 de Outubro, a direcção do Sindicato dos Têxteis promove várias reuniões para análise, discussão e deliberação do Congresso dos Sindicatos, na zona da sua influência — Santarém, Lisboa e todo o sul do Tejo.

A primeira reunião terá lugar em Lisboa, na sede do Sindicato, e posteriormente em Cacém, Mos-cavide, Torres Novas, Cova da Piedade, Barreiro, Faro, Évora, Portalegre, culminando no dia 9 com uma Assembleia Geral em Lisboa.

O segundo ponto da ordem de trabalhos é a discussão do Contrato Único e Vertical do sector.

Por outro lado, foram convidadas a participar nestas reuniões representantes das direcções dos

Sindicatos dos Bancários e dos Escritórios de Lisboa.

O patronato da fábrica selcheira Braço Forte, na presença do primeiro-comissário da P. S. P. de Setúbal, do chefe-adjunto do posto da Corporação do Montijo e de representantes dos trabalhadores, comprometeu-se ontem a baixar as mesas de trabalho, que é a causa da greve que se verifica na empresa.

Esta alteração da posição da entidade patronal, que a ser cumprida levará ao fim da greve que se arrasta há já cerca de três semanas, veio na sequência de incidentes registados ontem de manhã, na fábrica. Com efeito, cerca das 10 horas, os filhos dos patrões pretenderam retirar carne dos frigoríficos, no que encontraram a resistência das trabalhadoras, dando-se então recontros físicos a que a polícia ajudou a pôr cobro.

Posteriormente, com os operários já alertados para o que se passava na Braço Forte e após a cedência do patronato, registaram-se novos incidentes quando aquele sala da fábrica.

Ao fim da tarde, de acordo com o mesmo elemento do Sindicato da Indústria da Chacinaria, muitas pessoas concentravam-se nas ruas junto da Braço Forte, encontrando-se a polícia a tentar persuadir os trabalhadores a regressar às suas casas. A acção da P. S. P. foi, aliás, elogiada pelo dirigente sindical, pois, segundo disse, «ajudou a resolver uma situação que o Ministério do Trabalho não conseguiu solucionar».

O Secretariado da Intersindical Nacional será recebido pelo ministro do Trabalho hoje, pelas 15 e 30; pelo provedor de justiça amanhã, também à mesma hora.

O Secretariado irá fazer uma exposição sobre a «intenção inconstitucional do M. T.», relativamente à legislação laboral anunciada na nota oficiosa do dia 13 de Setembro.

Recorda-se que o mesmo assunto foi já debatido com o primeiro-ministro no dia 25 passado.

A convite da Federação Geral dos Sindicatos do Iraque, visitou aquele país, no período compreendido entre 16 e 23 de Setembro, uma delegação oficial da Intersindical Nacional.

Esta delegação e a Federação Geral dos Sindicatos do Iraque assinaram, no final da visita, um comunicado conjunto onde ficou patente o espírito amistoso e de identidade de pontos de vista no que respeita à situação sindical

em ambos os países, bem como o apoio conjunto às lutas dos movimentos de libertação a nível mundial, a denúncia da ingerência do imperialismo na situação actualmente existente no Médio-Oriente e em África, muito especialmente no que se refere à situação no Líbano, na África Austral e na América Latina.

Foi, nesta perspectiva, manifestado o apoio à luta do povo palestino, aos povos de África e da América Latina, com denúncia consequente das ingerências externas no Líbano e do papel da Junta fascista no Chile.

No final do comunicado conjunto, ficou expressa a vontade de ambas as organizações refor-

çarem os seus laços de amizade e cooperação, tanto a nível confederal como a nível de sindicatos pelos ramos de actividade. A delegação da Intersindical endereçou um convite à Federação dos Sindicatos do Iraque para visitar Portugal no decorrer do próximo ano, convite que foi aceite com agrado.

Para esclarecimento dos trabalhadores, com vista ao próximo Congresso de todos os sindicatos portugueses pela unidade dos trabalhadores, realizou-se ontem em Ovar, na Fábrica Rabor, um plenário de trabalhadores, no

qual estiveram presentes representantes dos sindicatos dos Metalúrgicos de Aveiro, Escritórios de Lisboa, Têxteis do Porto e Aveiro, Gráficos do Porto, Vila Real e Bragança, Electricistas do Norte e Tapeteiros de Aveiro e da União dos Sindicatos de Aveiro/Intersindical.

No final da reunião foi aprovada uma moção com as seguintes decisões: «Não ao pluralismo sindical», «não ao divisionismo», «sim à independência do movimento sindical unitário», «sim ao Congresso de todos os sindicatos portugueses, para a reestruturação da Intersindical Nacional (Confederação-Geral dos Sindicatos Portugueses)».

O DIA

29 SET. 1978

LISBOA

Delegados sindicais apoiam a direcção dos bancários do Sul

• Decidido o não pagamento de quotas à Intersindical

Os delegados sindicais dos bancários do Sul e Ilhas, reunidos nos dois últimos dias em Lisboa, aprovaram por maioria uma moção em que se identificam com os princípios e propostas da «Carta Aberta», além de apoiarem a decisão da direcção do seu Sindicato, no sentido de não participar no «Congresso de Sindicatos» anunciado pelas forças afectas à Intersindical e respectivo secretariado.

Nas decisões tomadas pelos delegados sindicais — que irão ser apresentadas, como propostas, à assembleia geral

convocada para 15 de Outubro — inclui-se também o não reconhecimento da «Comissão Nacional Organizadora Provisória», constituída por deliberação da reunião geral de sindicatos afectos à Inter, realizada no passado dia 4, na qual não participaram os representantes da «linha democrática».

Por outro lado, aqueles bancários decidiram não pagar mais quotas à Intersindical, organismo que consideram ser um obstáculo à construção da Central Sindical Única, Autónoma e Independente.

29 SET. 1976

O caso da Previdência de Leiria

Ministério dos Assuntos Sociais responde à União dos Sindicatos

«Face ao comunicado da União dos Sindicatos do Distrito de Leiria distribuído no dia 24, e dado que o seu conteúdo demagógico e falso pretende lançar a confusão entre os trabalhadores «que diz defender», não pode o Ministério dos Assuntos Sociais deixar de tomar posição para esclarecimento da opinião pública—assim começa uma nota oficiosa daquele departamento governativo, que acrescenta:

«1. O despacho do secretário de Estado da Segurança Social, do dia 22, a que se refere o aludido comunicado é do seguinte teor:

«Considerando as previsões globais respeitantes às perspectivas do processo de autonomização dos serviços de Acção Médico-Social dos restantes serviços das instituições de Previdência; admitindo-se uma perspectiva gradual, na sequência desse processo, que não prejudique o andamento das acções que visem a sua integral concretização, determino:

a) — Competirá ao presidente da Comissão Administrativa da Caixa de Previdência e Abono de Família do Distrito de Leiria, respectivos delegados sindicais e trabalhadores abaixo indicados assegurar as tarefas de gestão exigidas pelo processo de autonomização dos serviços Médico-Sociais da referida Caixa;

b) — A actividade do presidente da Comissão Administrativa e dos delegados sindicais daquela instituição será exercida sem prejuízo das suas actuais funções;

c) — Para os efeitos referidos em a), são nomeados Manuel de Jesus Escalhorda e José Manuel Casanova».

UNICA SOLUÇÃO POSSÍVEL

2 — A solução adoptada é a única possível na actual fase da separação dos serviços de Acção Médico-Social da Caixa de Previdência do Distrito de Leiria, porque não tem personalidade jurídica, administrativa e financeira. Dai que o despacho dá poderes de gestão dos serviços da A.M.S. aos actuais delegados sindicais da Comissão Administrativa da Caixa de Previdência do Distrito de Leiria. Assim se evita o empolamento artificial de órgãos de gestão, de transição das ins-

tuições de Previdência, contrariando a vontade expressa da União dos Sindicatos do Distrito de Leiria, que pretende ver empossadas mais «30 comissões administrativas».

3 — Ao manter os actuais delegados sindicais, acusa-se a Secretaria de Estado da Segurança Social de fazer política antimovimento sindical. O despacho é, por si só, a negação absoluta dessa acusação.

4 — Afigura-se também que o referido despacho é anti-constitucional.

É tempo de perguntar: representam os delegados dos sindicatos filiados nas Uniões e na Intersindical, membros das comissões administrativas, os trabalhadores deste País?

Aliás, a Constituição Política é omissa no tocante à participação dos sindicatos na planificação e gestão da política de saúde.

A demagogia é evidente, e podia este Ministério rebater ponto por ponto o comunicado em questão, mas acrescenta-se apenas que se se aumentassem os vencimentos dos delegados sindicais, se poupariam muitas dezenas de contos por mês, por razões que «obviamente» a União dos Sindicatos de Leiria esconde aos trabalhadores.

Também aqui a Secretaria de Estado da Segurança Social prova não querer fazer política anti-sindical.

A verdade sobre algumas das actuações de delegados sindicais nas Comissões Administrativas ainda não é conhecida dos trabalhadores portugueses. Este Ministério reserva-se o direito de, em momento oportuno, dar conhecimento público de tais acções, a fim de que os trabalhadores tirem daí as devidas conclusões.

Sete 29/9/76

Marcelo Curto: encontro com a Inter

O ministro do Trabalho, dr. Marcelo Curto, recebe hoje uma delegação da Intersindical. Nessa reunião, afirmou aquele membro do Governo à entrada para o Conselho de Ministros de ontem à tarde, serão tratadas questões relativas aos projectos anunciados em nota oficiosa sobre a legislação de alguns problemas de trabalho e assuntos relacionados com o Inatel.

Os assuntos de trabalho, que já levaram a S. Bento elementos da central única de trabalhadores, serão debatidos na próxima reunião extraordinária do Conselho de Ministros que se realizará na quinta-feira.

Sobre o processo de desocupação de terras em curso no Alentejo, o dr. Marcelo Curto informou que os delegados do seu ministério estão a colaborar com os governadores civis na execução das medidas aprovadas pelo Conselho de Ministros, acrescentando que até ao momento não há notícia de qualquer incidente.

Ainda sobre este assunto o ministro do Trabalho considerou

a atitude dos sindicatos rurais como «de bom senso político» e comprovadora de que «têm em conta que a Reforma Agrária vai continuar, as expropriações planeadas vão continuar, algumas delas até em conjugação com as desocupações».

29 SET. 1976

Preparando o Congresso dos Sindicatos

JOVENS DE LISBOA E SETÚBAL VÃO REUNIR PARA DEBATES

No decorrer de uma conferência de Imprensa, foram un-

tem divulgadas as conclusões duma reunião das comissões de juventude dos distritos de Lisboa e Setúbal, efectuada no último sábado. O texto apontava, como nota saliente, a aprovação da realização de um Encontro Regional de Jovens de Lisboa e Setúbal, no dia 28 de Novembro próximo, para o que foi já eleita uma comissão que engloba dois elementos de cada uma das comissões de juventude existentes e um Secretariado que funcionará como executivo.

Os jornalistas foram recebidos por representantes das comissões de juventude dos sindicatos dos Metalúrgicos, dos Têxteis e Lanifícios, e da Construção Civil de Setúbal, e da Hotelaria, dos Metalúrgicos e da União dos Sindicatos de Lisboa. Reportando-se aos objectivos do Encontro Regional de Jovens de Lisboa e Setúbal, frisaram que os mesmos visam essencialmente a participação activa e organizada da juventude na preparação do Congresso dos Sindicatos; a defesa dos direitos específicos da juventude; e o reforço da participação da juventude no movimento sindical. Entretanto, acrescentaram, quatro temas dominarão o encontro: «A juventude na empresa», «A juventude e a ocupação dos tempos livres», «A juventude e o movimento sindical» e «Os trabalhadores estudantes». Igualmente na reunião do passado sábado foi aprovado um plano de trabalho

para a preparação do encontro dele constando a preparação de documentos-base para a elaboração das teses, os quais serão distribuídos por todos os trabalhadores jovens. Por outro lado, está prevista a realização de reuniões nas empresas, além de vários encontros zonais que permitirão a eleição de delegados.

Foi referido aos jornalistas não se encontrar feita ainda a escolha do local para a realização do encontro do dia 28 de Novembro. Em princípio, será Lisboa.

A reunião das comissões de juventude efectuada no dia 25 proporcionou a aprovação de moções apoiando a realização do «Congresso de Todos os Sindicatos Portugueses — pela Unidade dos Trabalhadores, pela Reestruturação da Intersindical Nacional — Confederação Geral dos Sindicatos Portugueses», e sublinhando as «muitas injustiças e problemas no que respeita à juventude trabalhadora». Num dos textos, afirmava-se: «Os contratos colectivos pouco ou nada falam da juventude, tornando-se necessário que participemos na discussão das contratações colectivas, reivindicando que nelas figure a defesa dos nossos interesses específicos». O texto da mesma mução referia que «o êxito do Congresso dos Sindicatos depende fundamentalmente da participação autêntica da juventude nos trabalhos».

Participação dos trabalhadores na delegação do congresso

Léculo
29/9/76

—defende o Sindicato das Indústrias de Ourivesaria

«Por termos defendido a democracia dos trabalhadores e não a democracia das cúpulas, como muitos querem, temos sido atacados, quer por uns, quer por outros. Defendemos um congresso com a participação dos trabalhadores a todos os níveis, inclusive na delegação do congresso — afirma a direcção do Sindicato das Indústrias de Ourivesaria, Relojoaria e Correlativos do Sul num comunicado emitido.

No documento, aquela direcção fala do congresso de 1975 a que assistiram «figuras destacadas do Governo e do Exército (MFA)» e diz: «Nessa altura, os representantes do nosso sindicato ousaram denunciar o que estava ali a fazer. Tudo foi feito para nos expulsar do congresso, indo até às agressões físicas da nossa delegação.»

Continua: «Foi o nosso sindicato um dos que pediu o adiamento do congresso, o que não foi aceite. Fomos também o único sindicato que votou contra os estatutos da Intersindical por não serem democráticos. Tudo o que foi decidido nesse congresso não teve a participação dos trabalhadores. Como exemplo, afirmámos que as teses desse congresso chegaram ao nosso sindicato e a muitos outros no dia 18 de Julho de 1975. O congresso realizou-se a 25, 26 e 27 de Julho de 1975.

«Foram eleitas nesse congresso pessoas para o secretariado da Intersindical, que não eram dirigentes sindicais.

«Estamos plenamente convencidos de que é possível lutar por um central sindical única que defenda os verdadeiros interesses dos trabalhadores, aquilo que a Intersindical não faz»

«Quem não se lembra da manifestação convocada pela Intersindical em 31 de Maio de 1974, contra as greves?»

«Quem não se lembra do 1.º de Maio de 1974, onde se permitiu que falassem dirigentes de partidos políticos, ao mesmo tempo que se retirava a palavra a trabalhadores, como foi o caso de Santos Júnior, ex-dirigente do Sindicato dos Metalúrgicos?»

«Quem não se lembra da Intersindical atacar as justas lutas dos trabalhadores, como foi o caso da TAP, Lisnave, CTT, TLP, «Jornal do Comércio», TIMEX, etc.?»

«Quem não se lembra da Intersindical, dizer que a grande manifestação de trabalhadores de 7 de Fevereiro de 1975, cunhada pela União dos Sindicatos do Sul, de «matéria silenciosa?»

«Quem não se lembra da Intersindical apoiar uma manifestação ao ex-general Spínola?»

«Quem não se lembra, do apoio que foi dado à política antioperária dos vários Governos Provisórios pela Intersindical?»

«Quem não se lembra da Intersindical dizer que as greves eram reacçãoárias e que a lei da greve era democrática?»

«Hoje, por estranho que pareça, essa mesma lei é antigreve, antipopular, e antioperária, na boca dos mesmos senhores do Secretariado da Intersindical.

«Por tudo isto tem a direcção do nosso sindicato lutado por um verdadeiro Congresso Democrático dos Sindicatos Portugueses. Por isso tem participado nas reuniões da Intersindical e da Carta Aberta (embora não subscrevendo), onde tem

combatido tudo aquilo que vai contra os interesses dos explorados e oprimidos.»

PUB

29/9/76

Sindicato dos Trabalhadores da Agricultura, Pecuária e Silvicultura do Distrito de Lisboa

Rua Carlos José Gonçalves, 2 — Telef. 23 614

VILA FRANCA DE XIRA

MOÇÃO

Trabalhadores Rurais de Azambuja, reunidos em plenário no dia 16/9/76, considerando que a estabilização da ordem democrática é a base fundamental para conseguir edificar a nova sociedade que todos os portugueses de boa vontade se propuseram constituir, exigem dos poderes já constituídos:

- 1 — A continuação do combate aos terroristas e ao completo desmantelamento da rede bombista;
- 2 — A prisão e julgamento de todos aqueles que com meios antidemocráticos pretendem semear a confusão e aterrorizar o povo português de modo a criar condições para o regresso do fascismo e seus correligionários;
- 3 — Que seja dado apoio às organizações de trabalhadores em especial aos rurais, as maiores vítimas do fascismo e que lutam para que a Reforma Agrária seja uma realidade da revolução iniciada em 25 de Abril de 1974;
- 4 — Que seja dado cumprimento à constituição ouvindo os trabalhadores e suas organizações antes de se fazerem as leis que aos mesmos dizem directamente respeito.

Trabalhadores Rurais de Azambuja, 16/9/76

O PRESIDENTE

João F. Paulino

Prorrogada a validade das credenciais

Paulino
29/9/76

O ministro do Trabalho assinou ontem um despacho que determina a prorrogação do prazo de validade das credenciais às comissões de trabalhadores de empresas em autogestão, até ao próximo dia 31 de Outubro.

Salientando, no preâmbulo do diploma, que se encontra já

em fase adiantada de preparação a legislação sobre empresas autogeridas, o ministro do Trabalho dispõe, igualmente, que «a prorrogação cessará porventura se houver e logo que haja algum inconveniente por parte do Ministério do Trabalho ou razões legais impeditivas».

Projecto de regulamento discutido em todo o País

Milhares de trabalhadores participaram ontem, em todo o país, em dezenas de reuniões de trabalho em que foram discutidos problemas relacionados com a realização próxima do Congresso de Todos os Sindicatos.

Convocadas por comissões de trabalhadores de diversas empresas, por delegados e direcções sindicais, bem como pelas comissões dinamizadoras distritais do Congresso, as reuniões mobilizaram elevado número de trabalhadores, sendo assim levada à prática a palavra de ordem adoptada pela esmagadora maioria das direcções sindicais de todo o país no sentido de uma ampla discussão do projecto de regulamento apresentado pela Comissão Nacional Organizadora Provisória do Congresso (CNOP).

A mais importante das reuniões realizadas ontem foi a que levou representantes das direcções dos sindicatos do distrito de Lisboa à sede da respectiva União, onde foi discutida a posição a assumir pelos trabalhadores em face da nota oficiosa do Ministério do Trabalho que anuncia as intenções do Governo de legislar, sem que tenha competência para tal, em matérias de fundamental interesse para o operariado. Uma moção aprovada

na reunião repudia, por inconstitucional, esta medida e decide que uma representação da USL vá hoje ao MT dar conta da posição dos trabalhadores ao ministro. Foram também trocadas informações sobre o modo como têm decorrido as reuniões de discussão do projecto de regulamento do Congresso de Todos os Sindicatos.

Outras importantes realizações reuniram delegados sindicais dos trabalhadores metalúrgicos dos distritos de Lisboa e de Setúbal, que encheram completamente o salão nobre do Instituto Superior Técnico, em Lisboa, e o cinema dos Ferroviários, no Barreiro, respectivamente. Também os delegados sindicais dos trabalhadores de escritórios de Lisboa se encontravam reunidos à hora a que encerrávamos esta edição, não sendo ainda conhecidas as decisões que tomaram. Por seu turno, delegados sindicais e trabalhadores filiados no Sindicato das Telecomunicações concentraram-se ontem à noite, na sede do seu sindicato, para um anunciado debate sobre o Congresso dos Sindicatos com a participação de direcções sindicais de diferentes linhas de actuação sindical. A falta de comparência de todas as direcções

afectas ao grupo da «carta aberta», porém, frustrou as expectativas de quantos acorreram ao sindicato. As direcções que faltaram, apresentando diversas justificações, foram as dos sindicatos dos Escritórios, Comércio, Bancários, Seguros, Marinha Mercante, Aeronavegação e Pescas e Professores da Grande Lisboa. Pelo contrário, fizeram-se representar as direcções dos sindicatos dos Têxteis, Metalúrgicos e Oficiais Maquinistas da Marinha Mercante. Também os delegados sindicais dos bancários do Sul e Ilhas se reuniram em plenário, sendo os únicos a ratificarem as posições veiculadas através da chamada «carta aberta».

REPÚDIO PELO DIVISIONISMO

Cerca de 400 delegados sindicais dos metalúrgicos de Setúbal e outros tantos da mesma categoria profissional de Lisboa, reunidos em plenários, repudiaram, veementemente, as manobras divisionistas a que se tem assistido na preparação do Congresso. Uma outra posição assumida em ambos os plenários foi a de repúdio pela forma antidemocrática como algumas direcções sindicais vêm

promovendo angariações de assinaturas para abaixo-assinados de apoio à linha da «carta aberta».

Na Cometa, os trabalhadores reunidos em plenário aprovaram por unanimidade uma moção no mesmo sentido da que mereceu a concordância dos seus delegados sindicais. Como eles, os trabalhadores afirmam que serão historicamente responsabilizadas as direcções que agora possibilitam a cisão do Movimento Sindical.

Em todas estas reuniões foi também repetido o apelo em que a maioria dos trabalhadores vem insistindo, para que todos os trabalhadores se mobilizem, nos seus sindicatos e locais de trabalho, em torno de uma ampla discussão que possibilite o reforço da unidade de classe.

Quanto aos delegados sindicais dos bancários do Sul e Ilhas, eles decidiram apoiar a direcção sindical, subscritora da «carta aberta», ao mesmo tempo que responsabilizaram o secretariado da Intersindical pela divisão do Movimento Sindical. Decidiram, também, propor à assembleia geral do sindicato, a realizar em breve, que o organismo deixe de pagar as suas quotas à central sindical.

COMISSÕES DE TRABALHADORES

O secretariado da União dos Sindicatos de Lisboa e a estrutura correspondente das comissões de trabalhadores da cintura industrial de Lisboa subscreveram, conjuntamente, uma convocatória para um plenário de todas as CT's do distrito para discussão de importantes questões relacionadas com o actual momento político nacional e sindical.

Da ordem de trabalhos da reunião, que deverá realizar-se nas instalações da Cometa, às 10 horas do próximo dia 2 de Outubro, constam assuntos como a legislação inconstitucional e a recuperação capitalista, a unidade dos trabalhadores e o Movimento Sindical e, finalmente, a posição das CT's em face das eleições para as autarquias locais.

Intersindical intensifica contactos internacionais

No prosseguimento da sua política de estreitamento de relações com todos os movimentos sindicais do mundo, partiu para Hanói uma delegação oficial da Intersindical Nacional. A delegação visitará o Vietname, até 4 de Outubro, a convite da Federação dos Sindicatos daquele país.

Entretanto, outra delegação da central sindical portuguesa terminou uma visita à Polónia, onde tomou contacto com o desporto, a cultura física e o papel dos sindicatos na vida desportiva do país. No final da sua visita, a delegação portuguesa foi recebida pelo presidente da organização sindical para a cultura física e turismo, que os informou dos êxitos da cultura física na Polónia e do papel desempenhado neste domínio pelo Conselho Central de Sindicatos.

VISITA AO IRAQUE

No âmbito destes contactos internacionalistas, também o Iraque foi visitado, entre 16 e 23 de Setembro, por representantes da Intersindical, a convite da Federação Geral dos Sindicatos do Iraque.

A delegação portuguesa, que visitou unidades industriais e agrícolas e organizações de formação dos trabalhadores, teve uma série de encontros com dirigentes sindicais iraquianos.

Um comunicado conjunto da delegação da Intersindical e da Federação Geral dos Sindicatos do Iraque salienta o espírito amistoso e de identidade de pontos de vista no que respeita à situação sindical em ambos os países, bem como o apoio conjunto às lutas dos movimentos de libertação, a nível mundial e a denúncia da ingerência do imperialismo na situação actualmente existente

no Médio Oriente e em África, em especial no Líbano, na África Austral e na América Latina.

A Federação dos Sindicatos do Iraque manifestou, igualmente a sua solidariedade com a luta do Povo português e com os esforços desenvolvidos pela Intersindical com vista ao reforço da unidade do movimento sindical e à defesa intransigente dos direitos dos trabalhadores portugueses.

O comunicado exprime, ainda, a vontade de ambas as organizações de reforçarem os seus laços de amizade e cooperação, tanto a nível de sindicatos por ramo de e cooperação, tanto a nível confederal, como a nível de sindicatos por ramo de actividade.

A Federação dos Sindicatos do Iraque aceitou um convite da Intersindical para visitar Portugal no decorrer do próximo ano.

ENCONTRO DA JUVENTUDE TRABALHADORA DOS DISTRITOS DE LISBOA E SETÚBAL

P. Repula
29/9/76

As comissões da juventude dos sindicatos de Lisboa e Setúbal, em recente reunião, na qual analisaram as condições de vida dos jovens trabalhadores e a sua situação no movimento

sindical, decidiram organizar um «Encontro Regional da Juventude Trabalhadora dos Distritos de Lisboa e Setúbal».

Um dos objectivos desse encontro será a participação acti-

va e organizada dos jovens no próximo Congresso dos Sindicatos, sendo proposto, como data da realização do encontro, o dia 28 de Novembro próximo.

É considerada fundamental a apresentação de um calendário, que consagre os aspectos mais importantes da preparação dos trabalhos, devendo o secretariado, já eleito, elaborar um projecto de regulamento, o qual será entregue a todas as comissões e departamentos de juventude até amanhã, dia 30. Todas as propostas de alteração ao projecto, deverão ser remetidas ao secretariado até ao dia 10 do mês que vem, estando prevista a realização de um plenário para aprovação final do referido projecto de regulamento do encontro.

Todas as informações constantes da notícia foram ontem relatadas aos jornalistas, por membros do secretariado, numa conferência de Imprensa que decorreu na sede da Intersindical.

PROSSEGUE NO DIA 4 A ASSEMBLEIA DO SINDICATO DOS ESCRITÓRIOS DO PORTO

PORTO — O Sindicato dos Escritórios do Porto promoveu anteontem à noite, no salão do Círculo Católico do Porto uma assembleia geral extraordinária, com dois pontos na agenda: esclarecimentos sobre o Congresso dos Sindicatos e decidir da parte a tomar pela classe, em face das alterações à legislação do trabalho.

A reunião foi interrompida à uma hora de hoje, sem qualquer resolução tomada e prosseguirá no dia 4 de Outubro, às 21 e 30, no pavilhão do Académico.

Um pormenor a salientar foi a presença de sindicalistas convidados a tomar parte nos trabalhos para esclarecimentos da assembleia, representando as duas linhas envolvidas no Congresso. Pela linha da Intersindical, estavam presentes representantes dos sindicatos dos Têxteis, Vestuário, Electricistas, Gráficos, Têxteis do Sul e Têxteis de Castelo Branco. Pela linha da Carta Aberta viam-se representações dos Bancários do Norte, Seguros, Indústria Hoteleira, Rodoviários e Garagens.

No início dos trabalhos gerou-se um incidente entre o dirigente do Sindicato dos Escritórios, Serafim Bastos e um sindicalista do Sindicato dos Electricistas. Aquele pretendia que nenhum dos sindicalistas convidados fizesse a apologia de qualquer das facções do Congresso e apenas respondesse a perguntas dos associados. Mas o dirigente do Sindicato dos Electricistas não fez caso e proferiu palavras de encórios à C.

N. O. P. Foi advertido e tudo ficou sanado.

Serafim Bastos, numa das suas intervenções, disse:

«A C. N. O. P. — Comissão Nacional Organizadora Provisória (do Congresso dos Sindicatos) e a Intersindical serão os responsáveis históricos da institucionalização da divisão dos trabalhadores portugueses. Só com uma comissão organizadora com todas as correntes sindicais se poderá evitar um merecido segundo congresso da Intersindical. A C. N. O. P., com 26 sindicatos, 20 dos quais afectos à linha político-sindical da Intersindical, não tem representatividade no movimento sindical português. Há que criar as condições para que, no futuro congresso, não haja maiorias por golpe que venham a esmagar as minorias. Há que evitar um congresso a golpe.»

Sindicalistas das duas correntes defenderam os seus pontos de vista. Um deles, dos Electricistas do Norte, afirmou:

«Se os trabalhadores portugueses saírem unidos no próximo congresso, a revolução iniciada em 25 de Abril continuará. Se saírem divididos, a revolução terá o seu fim.»

Outro dirigente sindical, este dos Têxteis, igualmente afecto à linha da Intersindical, disse:

«Enquanto nós detivermos a adjectivar a Intersindical, ou a discutir a paridade, a nova legislação repressiva, dos trabalhadores (contratação, despedimentos, etc.) será posta cá fora.»

Congresso dos Sindicatos

Lute
29/9/76

Reunião agitada no Porto com elementos das duas linhas

Realizou-se ontem, no Círculo Católico dos Operários do Porto, uma reunião promovida pelo Sindicato dos Escritórios, com o objectivo de prestar esclarecimentos sobre o Congresso dos Sindicatos e decidir a posição a tomar por aquela associação de classe sobre as alterações à legislação do trabalho, inseridas na nota oficiosa do MT do passado dia 13. A iniciar fiva, que contou com a presença de elementos de outros sindicatos representantes das duas forças em presença no movimento sindical, nem sempre decorreu da melhor forma dado que se registaram dois incidentes, no primeiro dos quais o presidente do Sindicato dos Escritórios do Porto, Serafim Bastos, foi vaiado pela assistência que, no entanto, sublinharia a sua intervenção com aplausos no final. O outro incidente opôs aquele dirigente sindical ao representante dos Electricistas do Norte (afecto à Intersindical), dado que se pretendia apenas elucidar os trabalhadores presentes e não fazer a apologia de uma das forças,

como pretendia o segundo elemento.

Durante a reunião, que terá continuação na segunda-feira, Serafim Bastos salientou que a CNOP e a Intersindical são os responsáveis históricos pela institucionalização da divisão dos trabalhadores portugueses. Serafim Bastos, após ter defendido a participação de todas as correntes sindicais na Comissão Organizadora, terminou dizendo que «a CNOP ao tem representatividade no movimento sindical português», acrescentando que «é imperioso criar condições para que no futuro Congresso não haja maioria por golpe». Por seu turno, o representante dos Electricistas do Norte considerou que «se os trabalhadores saírem unidos do próximo Congresso, a revolução iniciada em 25 de Abril continuará».

Finalmente, um dirigente do Sindicato dos Têxteis afirmou que «enquanto nós detivermos a adjectivar a Intersindical ou a discutir a paridade, a nova legislação repressiva dos trabalhadores será posta cá fora».

Debate

Século 29/9/76

A comissão sindical de delegados do BNU-Sul e Ilhas leva a efeito um colóquio-debate sobre o Congresso dos Sindicatos, sexta-feira, às 18 e 30, na sala de convívio do BNU, Rua 1.ª de Dezembro, com a presença das seguintes direcções sindicais: Metalúrgicos de Lisboa, Escritórios de Lisboa, Bancários do Norte, Telefonistas de Lisboa e Rodoviários de Setúbal.

DLx 29/9/76

PUB

PLENÁRIO DE COMISSÕES DE TRABALHADORES DO DISTRITO DE LISBOA

2 DE OUTUBRO 1976 — 10 HORAS COMETNA — AMADORA

ORDEM DE TRABALHOS:

- 1 — Legislação inconstitucional e recuperação capitalista
- 2 — A unidade dos trabalhadores e o Congresso dos Sindicatos
- 3 — As Comissões de Trabalhadores face às eleições para as autarquias locais.

O Secretariado da CIL

O Secretariado da USL

NOTA: Haverá almoço na Sorefame. Contactar até 5.ª feira, dia 30 de Setembro, pelo telefone 67 19 06 das 9 às 13 e das 15 às 18 horas, ou Rua do Vale n.º 6 - 1.º, Lisboa.

C Porto 29/9/76

SINDICATOS DOS GRÁFICOS A FAVOR DO CONGRESSO

Na sequência de um encontro efectuado em Coimbra, os Sindicatos dos Trabalhadores Gráficos dos distritos de Braga, Bragança, Vila Real, Porto, Aveiro, Coimbra e do Sul e Ilhas, emitiram um comunicado conjunto abordando a realização do Congresso dos Sindicatos.

No referido comunicado apela-se para que todos os sindicatos «respeitem e ponham em prática as decisões da reunião geral realizada em Lisboa, no Instituto Superior Técnico em 4 de Setembro».

Repudiando o pluralismo sindical, «defendendo que sobre a lei da Unicidade se deve ter em conta a ampla discussão feita pelos trabalhadores com vista à realização do Congresso para a reestruturação da Intersindical Nacional — Confederação dos Sindicatos Portugueses», o comunicado preconiza que «o congresso de todos os sindicatos para a reestruturação da Central Única dos Trabalhadores Portugueses, a Intersindical, se realize com a urgência possi-

vel, avançando-se já na discussão por todos os trabalhadores do Regulamento do Congresso distribuído pela C. N. O. P.» E, por fim, apela para que «todos os trabalhadores não tomem quaisquer posições sobre os problemas relativos ao Congresso, sob a forma de abaixo-assinados ou outras idênticas, sem que antes sejam feitas amplas discussões nas empresas ou nos seus sindicatos».

Por último, o comunicado toma posição relativamente à nota oficiosa do M. T. sobre legislação, emanada no dia 13 de Setembro, manifestando a posição de que os trabalhadores têm o direito de participar na elaboração da legislação do trabalho através das suas organizações de classe.

Repudiando aquela nota oficiosa, os Sindicatos deram conhecimento da sua atitude ao Presidente da República, Conselho da Revolução, presidente da Comissão Constitucional, presidente da Assembleia da República, grupos parlamentares, Primeiro-Ministro e Ministro do Trabalho.

Sindicato dos Transportes Rodoviários do Distrito do Porto CONVOCATÓRIA

19 Jan
29/9/76

Convocam-se todos os Delegados Sindicais para uma reunião a realizar na Cooperativa dos Pedreiros, à Rua D. João IV n.º 1000 pelas 21h30 do dia 2/10/76 (Sábado), com a seguinte

ORDEM DE TRABALHOS

Esclarecimento sobre o C.C.T.

Discussão sobre o Congresso de todos os Sindicatos

NOTA: Os motoristas que pretenderem podem assistir a esta reunião de Delegados, dada a importância desta reunião solicitamos que não falem, estarão presentes Sindicatos da carta aberta e da C.N.O.C.

Porto, e Secretaria do Sindicato dos Transportes Rodoviários do Distrito do Porto, aos 27 de Setembro de 1976.

Pel'A DIRECÇÃO
(Assinatura ilegível)

EM MAIO DE 1923, N.º 1 "O COMUNISTA" N.º 1

A atitude do PCP para com a Organização Sindical

"O PC, tendo a opinião que a todas as modalidades ideológicas revolucionárias do movimento proletário deve ser garantido o direito de livre exercício da crítica dentro das organizações económicas do proletariado, e a pugnar e preconizar as directrizes que julguem mais úteis para a solução de vários problemas e objectivos finais das distintas organizações, julga por isso mesmo que todas as tendências tem o direito de se organizarem e combinarem a acção e tática dos seus partidários dentro das organizações sindicais.

Pelo que o PC preconiza a forma-

ção de núcleos comunistas sindicais em todas as esferas sindicais, e a organização partidária dum comissão sindical, que tenha por fim o estudo dos vários problemas que interessam à organização e que dê coesão e orientação à acção sindical dos comunistas.

Dentro dos sindicatos, os comunistas procurarão evitar todas as causas de divisão e enfraquecimento da unidade operária, procurarão levar os sindicatos não aderentes a darem a sua adesão à CGT (Central Sindical dirigida pelos anarco-sindicalistas) procurarão crescer a influência desta entre as massas proletárias, não

se eximindo a qualquer função ou trabalho para que tenham sido indicados. Esforçar-se-ão por darem o exemplo do trabalho, da abnegação, da dedicação pela causa dos trabalhadores procurando com o máximo espírito de tolerância fazer prevalecer pelo convencimento as opiniões e táticas preconizadas pelo partido, sem de forma alguma tirarem extensiva esta acção partidária.(...)"

Já vai longe o período em que o PCP não só defendia o direito de tendência, como também exigia o reconhecimento das fracções organizadas no interior do sindicato.



A CNOP E O DIREITO DE TENDÊNCIA



O Movimento Sindical vai mal. Todas as correntes se acusam mutuamente de divisionistas. A continuarmos assim corremos o risco, mesmo que o Congresso de Todos os Sindicatos se realize, de que não deixe de se agravar o fosso entre as direcções sindicais, com duas ou três correntes a quererem manter o seu domínio sobre os "seus" sindicatos. A discussão tão necessária limitar-se-ia assim às disputas entre dirigentes e ficariam alheados os trabalhadores que nas empresas, são a verdadeira força sindical. Que solução dar a isto? Só conhecemos uma: a de que na preparação do Congresso todo o grupo de sindicalistas com representatividade mínima possa defender as suas posições em todos os sindicatos. Isto, é o direito de tendência e significa que os boletins de discussão de todos os sindicatos, seja qual for a sua direcção, são abertos às posições de todos os grupos de trabalhadores que queiram organizar-se em tendência. Só assim os trabalhadores são mobilizados para a discussão e poderão ver quem real-

mente defende os seus interesses. Só assim acabará a divisão entre os sindicatos, apenas porque esta ou aquela direcção pertence a uma ou outra corrente. Não temos tendências nos nossos sindicatos e qual o resultado? Uma luta fraccional entre direcções, em que cada corrente procura impor as suas condições, em que cada direcção esconde na sua imprensa as posições das outras. O resultado é uma luta em que não se discutem programas de acção mas apenas a divisão dos lugares da Comissão Organizadora, para depois escolher os delegados. Assim se afastam as verdadeiras discussões: como responder à tentativa do Governo para congelar os aumentos salariais? Como responder por conseguinte ao aumento do custo de vida? Que resposta devem dar os Sindicatos agrícolas às provocações à Reforma Agrária? o que é que devemos fazer? Entretanto, a imprensa reaccionária lança o seu veneno, aproveita-se desta luta de surdos, faz propaganda da cisão sindical. Como diz o Hino dos Trabalhadores, a Internacional, nós só te-

mos a responder: PAZ ENTRE NÓS, GUERRA AOS SENHORES.

Muito simplesmente, o que é fundamental na preparação do Congresso é decidir:

1. Que, na Comissão Organizadora, têm direito a igual representação as tendências (ou "correntes") formadas (a "Carta Aberta", o Secretariado da Inter, os Rodoviários-Têxteis).

2. Que esta Comissão se encarregue apenas de fiscalizar e coordenar a preparação do Congresso, sendo as decisões a tomar tomadas por votação de todos os trabalhadores (por exemplo, delegados ao Congresso, etc).

3. Que se deve chegar a acordo na questão da repartição dos boletins sindicais de todos os sindicatos igualmente por todas as tendências até ao Congresso (e não discutir se se vai à TV ou não).

Enquanto não se chegar a acordo sobre isto as manobras e os golpes prosseguem. Mas parece que estes pontos não são considerados pelas diferentes correntes maioritárias, isto é, pelas direcções sindicais.

SINDICATO DOS TRABALHADORES EM CARNES DOS DISTRITOS DE LISBOA E SETÚBAL

Rua da Paz, 7-1.ª — LISBOA

Recebido
29/9/76

POR UM CONGRESSO UNITÁRIO, DEMOCRÁTICO E REVOLUCIONÁRIO!

O Congresso dos Sindicatos, cuja realização se anuncia para breve, deve constituir um acontecimento de grande importância para o futuro do Movimento Sindical Português.

Numa altura em que se assiste a uma feroz ofensiva do patronato tendo o apoio do Governo, contra os dirigentes sindicais e o Movimento Sindical, com o objectivo de o enfraquecer e dividir, de forma a melhor explorarem os trabalhadores, Vasco de Melo, o fascista e patrão da CIP, afirmou recentemente que a «Revolução de Abril» aumentou o poder dos sindicatos, e que isso representava um perigo; «deve ser posto um travão aos sindicatos, há que refreá-los».

As massas trabalhadoras têm que dedicar a devida atenção à preparação do Congresso, pois só se ele for verdadeiramente democrático e com ampla participação dos trabalhadores, as grandes conquistas revolucionárias do Movimento Sindical serão mantidas, contra todas as pressões e ataques que lhe são feitos.

A criação da Comissão Organizadora do Congresso; o regulamento do Congresso e o Estatuto de Congressista; a eleição dos Congressistas e a elaboração, discussão e enriquecimento das teses; a Mesa do Congresso; a elaboração do projecto de Estatutos da Central Sindical Única e a marcação da data do Congresso, são as questões fundamentais para definir os seus resultados, a favor ou contra os trabalhadores.

Perante todas estas questões, que podem decidir o futuro do Movimento Sindical Português, os trabalhadores devem, de imediato, exigir que a Comissão Organizadora Provisória não actue isoladamente e sem consultar os trabalhadores nas suas futuras decisões para a preparação e convocação do Congresso. Que as resoluções aprovadas no último plenário sejam levadas imediatamente à prática, como o caso das Assembleias e plenários de fábrica e outros locais de trabalho, para discussão do projecto de regulamento. Que as decisões sobre os congressistas, sejam de modo a serem eleitos em plenários, nele sejam eleitos trabalhadores sempre em número superior à das direcções, com direito a voto no Congresso.

Trabalhadores, a questão do Congresso ser ou não ser um Congresso de todos os trabalhadores depende neste momento da nossa actuação e do modo como podemos fazer funcionar a COP. Exigir assim desta maneira, que a sua preparação passe por amplos debates e decisões em todos os locais de trabalho, não permitindo concretizações de planos, arranjos nas nossas costas ou impossibilitados de participar.

Camaradas trabalhadores, a polémica gerada entre o secretariado da INTERSINDICAL e as direcções da Carta Aberta não servem os interesses dos trabalhadores, pois todas estas questões que se vêm agudizando nos últimos tempos são consequências das lutas antigas travadas no seio dos Sindicatos, pela hegemonia e controlo dos trabalhadores. De um lado as forças da burguesia, infiltradas e apoiadas nos seus «lacaio», têm tentado dividir e destruir a unidade dos trabalhadores; por outro lado as direcções afectas ao Secretariado da Inter têm escorregado para as manobras desta, no sentido de utilizar os trabalhadores, como força pressionante em lutas que nada tiveram a ver com os reais interesses de classe. Os trabalhadores, somente têm sido utilizados como meios para servir os interesses de gabinete dos partidos, que nada fizeram pela sua emancipação, antes pelo contrário, os têm abandonado nas suas lutas pela conquista dos CCT e na luta contra o desemprego.

Perante esta situação criada, todos nós, trabalhadores, devemos ultrapassar estas questões de cúpulas, que pretendem somente acabar com a Lei da Unidade Sindical. O facto comprovativo disto foi o último discurso de MÁRIO SOARES, onde este advertiu seriamente que a Lei da Unidade Sindical é anticonstitucional e encorajou o patronato a fazer os despedimentos que entender. Mas, trabalhadores, estas leis são conquistas dos trabalhadores e não nenhuma obra-prima de literatura burguesa que se possa assim destruir.

Contra estas medidas antioperárias que o Governo quer decretar, teremos que unir-nos nos nossos locais de trabalho, reforçar os nossos sindicatos com delegados e dirigentes que sirvam os nossos interesses, lutar para que estas manobras sejam atiradas para o lixo, para que a vitória deste Congresso seja a vitória da Unidade Sindical, e da reestruturação da Central Única dos Trabalhadores, e não o princípio da cisão no Movimento Sindical Português. Consequentemente à criação de uma Central para a burguesia para nos dividir e de outra que seria a continuação da Inter que só serve para travar as nossas lutas. Dizemos já não à cisão do Movimento Sindical Português e sim por um Congresso que realize e concretize a maior aspiração dos trabalhadores portugueses, que é uma Central Única democrática e revolucionária.

Então, camaradas trabalhadores, vamos arregaçar as mangas e lançar mãos à obra, que é:

Que o Regulamento do Congresso passe imediatamente para a sua discussão em plenários e amplas assembleias, onde seja respeitada a democracia, todos poderem falar e participar sem coacções ou outras espécies de intimidações. Comecemos a elaborar teses e outras questões importantes que contribuam para a realização do Congresso, a partir das conclusões tiradas em cada plenário, em cada assembleia; que os Congressistas sejam trabalhadores eleitos em plenários, assegurados por uma autêntica democraticidade; que a composição do Congresso seja representada por 2/3 de delegados eleitos pelos trabalhadores e 1/3 de dirigentes eleitos entre si; que cada delegado tenha só direito a um (1) voto, assim como cada dirigente sindical; que a Mesa do Congresso seja eleita pelos delegados entre si, presentes no Congresso.

Camaradas trabalhadores, façamos deste Congresso um Congresso de todos os trabalhadores, e transformemos esta luta na vitória pela Unidade Sindical, pela Central Única, por Sindicatos Revolucionários, por CCT, pelo direito à greve, com o fim do direito aos despedimentos, ao «lock-out» e contra a intervenção do Estado.

Enterremos de vez as leis antioperárias e libertemos os sindicatos das influências da burguesia e de partidos políticos que os utiliza como seus apêndices. Deste modo transformaremos os sindicatos em órgãos de luta, pela defesa dos nossos interesses de classe, na luta pela emancipação dos trabalhadores, contra a exploração capitalista e a escravidão salarial.

Todos unidos estas vitórias serão alcançadas.

O primeiro passo é por um Congresso Unitário Democrático e Revolucionário.

CENTRAL ÚNICA DEMOCRÁTICA E REVOLUCIONÁRIA
SINDICATOS AO SERVIÇO DA CLASSE!
COM A NOSSA UNIDADE VENCEREMOS, NÃO HÁ FORÇAS QUE NOS TRAVEM!
NÃO À CISÃO!
SIM À UNIDADE SINDICAL!
UNIDOS E ORGANIZADOS VENCEREMOS!

Lisboa, 23 de Setembro de 1976

A COMISSÃO DIRECTIVA
José B. Barbosa

SINDICATO DOS MAQUINISTAS PRÁTICOS AJUDANTES E ARTIFICES DA MARINHA MERCANTE DO DISTRITO DE LISBOA

MOÇÃO

D. Brindes
25/9/76

Delegados Sindicais do Sindicato dos Maquinistas Práticos, Ajudantes e Artífices da Marinha Mercante do Distrito de Lisboa, reunidos conjuntamente com elementos dos Corpos Gerentes do mesmo, no dia 24 de Setembro, na sede do Sindicato em Lisboa, para análise e discussão da conjuntura actual do Movimento Sindical Português, resolvem:

1 — Apoiar todas as acções levadas a cabo com vista à realização do Congresso de todos os Sindicatos portugueses, defendendo que este, pela sua abertura e espírito democrático, conduza à organização de um só Movimento Sindical em Portugal representativo de todas as classes trabalhadoras.

2 — Manifestar a sua viva discordância com os que, declarando-se defensores da UNIDADE dos trabalhadores e da democracia, recusam discutir, quer os aspectos negativos quer os positivos da actividade sindical no País, dentro das presentes estruturas sindicais.

3 — Denunciar os que, mascarando-se de pretensas intensões unitárias e democráticas, tudo estão fazendo para dividir os trabalhadores e enfraquecer o seu Movimento Sindical, porquanto anima-os o propósito da criação de Sindicatos paralelos que a experiência internacional já demonstrou, vivamente, ser prejudicial aos trabalhadores.

4 — Exortar todos os nossos colegas para que discutam com os seus camaradas nos locais de trabalho o PROJECTO DE REGULAMENTO DO CONGRESSO DE TODOS OS SINDICATOS que o nosso Sindicato está a distribuir, e os que não se encontrem em viagem ou de serviço, a estarem presentes na próxima Assembleia Geral Extraordinária do Sindicato, marcada para o dia 8 de Outubro, com vista a discutirmos o referido PROJECTO, a data da realização do CONGRESSO DE TODOS OS SINDICATOS e indicar os representantes do nosso Sindicato naquele.

5 — Que a presente moção seja publicada em órgãos de Informação.

Lisboa, 24 de Setembro de 1976

PUB

OL x 29/9/76

SINDICATOS DE PESCADORES CONVOCAM

Considerando que os pescadores, através dos seus Sindicatos, não podem ficar alheios ao Congresso dos Sindicatos Portugueses, a realizar em breve;

Considerando que os pescadores se encontram virados para os problemas sindicais constituindo tarefa importantíssima a sua participação, realização e discussão no Congresso dos Sindicatos Portugueses;

A Direcção da Secção Regional de Lisboa, do Sindicato Livre dos Pescadores, o Sindicato dos Pescadores da Nazaré e o Sindicato dos Pescadores do Distrito de Faro, convocam todas as Direcções de Sindicatos de Pescadores e Secções do Sindicato Livre dos Pescadores, a nível Nacional, para uma reunião a realizar no dia 3/10/76, Domingo, pelas 10 horas, na Sede da Secção Regional de Lisboa do S. L. P. sita na Doca de Pesca de Pedrouços, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

Ponto Único: Discussão e Participação dos Pescadores no Congresso dos Sindicatos;

Lisboa, 27 de Setembro de 1976

Orlato 30/9/76

SINDICATO TÊXTIL DO DISTRITO DE BRAGA

(SEDE EM GUIMARÃES)

MOÇÃO

- Considerando que a Unidade Sindical é fundamental para a defesa dos Trabalhadores;
- Considerando que existem várias Direcções de Sindicatos, tentadas com as suas atitudes, a dividir os trabalhadores;
- Considerando que a chamada «CARTA ABERTA» é uma PORTA ABERTA para o pluralismo Sindical, logo para a divisão dos trabalhadores;

— Os Delegados Sindicais de todo o Sector Têxtil, dos concelhos de Guimarães, Famalicão e Paredes, reunidos em Plenário na Escola Industrial e Comercial de Guimarães, em 28/9/76, alertam os Trabalhadores Portugueses para o seguinte:

- 1) — Só a Unidade de todos os trabalhadores trará o passo à Reacção e ao Patronato.
- 2) — O Pluralismo Sindical só favorece o Capitalismo e a Burguesia cuja expressão máxima neste País é a C.I.F.
- 3) — Alguns dos autores da chamada «CARTA ABERTA» são daqueles que sempre foram trabalhadores privilegiados neste País, esquecendo-se daqueles que ainda só ganham 4000\$00, 4 200\$00, 4 400\$00 e 4 600\$00 por mês, (os que ganham...).

Por isso, é que todos nós, trabalhadores honestos e super-explorados, nos devemos organizar em todo o lado e em especial nos locais de trabalho, e lutar pelo Congresso de todos os Sindicatos para nossa defesa, e conquistas de bem-estar para todos os trabalhadores Portugueses.

PELA UNIDADE SINDICAL
CONTRA O PLURALISMO SINDICAL
EM FRENTE PELO CONGRESSO DE TODOS OS SINDICATOS.

(Aprovada por aclamação)

OS DELEGADOS SINDICAIS

Capitel 30/9/76

SINDICATO DOS BANCÁRIOS DO SUL E ILHAS

ASSEMBLEIA GERAL

(SESSÃO EXTRAORDINÁRIA)

CONVOCATÓRIA

Ao abrigo do Art.º 25.º e alínea b) do Art.º 24.º convoca-se a Assembleia Geral do Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas — em Sessão Extraordinária — para o dia 15 de Outubro de 1976, às 21 horas, a realizar na FIL (Feira Internacional de Lisboa) — Praça das Indústrias — Lisboa.

ORDEM DE TRABALHOS

PONTO ÚNICO — CONGRESSO DE TODOS OS SINDICATOS PARA A UNIDADE.

- Discussão e votação sobre a participação ou não do nosso Sindicato no II CONGRESSO da Intersindical ou no denominado «Congresso de todos os Sindicatos pela Unidade dos Trabalhadores, pela Reestruturação da Intersindical...», promovido pelo respectivo Secretariado.

Lisboa, 23-9-76

O PRESIDENTE DA MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

a) Alberto Martinho Gonçalves

PUB.

Lisário
30/9/76

MOÇÃO

Professores sindicalizados da Escola Preparatória da Baixa da Banheira reunidos em 24/9/76 repudiam aderência da direcção sindical à denominada corrente da «Carta Aberta» sem prévia consulta à classe. Referidos trabalhadores pensam que não se deve confundir sindicato com direcção sindical nem democracia com cupulismo.

Em frente pelo movimento sindical unitário contra a recuperação capitalista.

Pela Assembleia de Professores
Joaquim Martins Gonçalves
(sócio do Sindicato n.º 6071)

Moção aprovada por: A favor 15
Contra 1
Abstenções 5

Legislação do Trabalho

Lute
30/9/76

INTER solicita adiamento do prazo

«Temos de encontrar uma forma de participação dos trabalhadores diferente da que foi proposta na nota oficiosa, e que foi proposta por circunstância de urgência» — afirmou o ministro do Trabalho, Marcelo Curto, após a audiência concedida a elementos do secretariado da Intersindical que lhes foram expor a sua posição face à metodologia anunciada para a participação dos trabalhadores e das suas organizações na revisão da legislação de trabalho.

«As conclusões a que chegamos podem abrir-nos um caminho novo nas relações com a Intersindical, que efectivamente é uma organização sindical reconhecida por uma série de sindicatos, que nós não podemos desconhecer» — acrescentou Marcelo Curto

que mais adiante sublinhou: «Não se trata só de consultar, mas de os trabalhadores exporem os seus pontos de vista e virem aqui discutirlos, se quiserem».

Os representantes da central sindical, que manifestaram o seu «desacordo sobre a forma como foi posta à discussão a matéria contida na nota oficiosa, que não corresponde de modo nenhum a uma participação activa, consciente e unitária dos trabalhadores na legislação do trabalho», pediram o adiamento do prazo para apreciação dos projectos e ainda que lhes fosse facultado o conhecimento prévio dos mesmos. Em resposta, Marcelo Curto afirmou que iria consultar o Conselho de Ministros, que ainda hoje apreciará alguns projectos sobre matérias anunciadas na nota oficiosa.

DELEGADOS SINDICAIS DOS BANCÁRIOS DO SUL CONTRA A INTERSINDICAL

CRK
30/9/76

São do seguinte teor as conclusões e deliberações da moção ontem aprovada na reunião geral de delegados do Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas, efectuada na União das Associações de Comerciantes do Distrito de Lisboa:

«Os delegados sindicais do Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas, reunidos em reunião geral no dia 28 de Setembro de 1976, concluem e deliberam propor à assembleia geral a realizar em 15 de Outubro p.f.:

1— Apoiar intransigentemente a Direcção do nosso Sindicato na luta que vem travando pela autonomia, democraticidade e unidade orgânica do Movimento Sindical Português.

2— Identificar-se com os princípios e propostas decorrentes da «Carta Aberta».

3— Não reconhecer a chamada «Comissão Nacional Organizadora Provisória» nem qualquer das deliberações antidemocráticas da reunião de direcções sindicais que teve lugar no Instituto Superior Técnico no passado dia 4 de Setembro.

4— Repudiar as calúnias que vêm sendo difundidas a partir do Secretariado da Intersindical sob a capa da denominada «Comissão Nacional Organizadora Provisória».

5— Que o nosso Sindicato não se faça representar no II Congresso da Intersindical, mesmo que designado «Congresso de Todos os Sindicatos pela Unidade, pela Reestruturação da Intersindical», e continue a lutar pela construção da verdadeira central sindical única, autónoma, democrática e independente, segundo os princípios decorrentes da «Carta Aberta».

6— Que não se pague quaisquer quotas à Intersindical, vencidas ou vincendas, enquanto aquela organização, se mantiver como barreira à construção da verdadeira central sindical representativa dos trabalhadores portugueses».

LEIS DO TRABALHO

Ministro receptivo a novos processos de consulta

O ministro do Trabalho terá proposto hoje em Conselho de Ministros o prolongamento do prazo para discussão dos projectos de legislação laboral em elaboração, na sequência de uma reunião efectuada ontem à tarde, com uma delegação do Secretariado da Intersindical.

Um porta-voz da central sindical em declarações ao nosso jornal considerou o encontro «bastante positivo». Os representantes dos sindicatos contestaram junto do ministro a forma como a consulta aos trabalhadores em matéria de legislação se estava a processar, segundo os trâmites anunciados em recente nota oficiosa do M.T.

De acordo com a linha de orientação adoptada pelo Conselho Geral da «Inter», cujas conclusões noticiamos na altura, o Secretariado manifestou

a convicção de que o prazo de 15 dias concedido pelo Governo é extremamente curto, e apontou a inconstitucionalidade dos processos de consulta adoptados, pois esta deveria ser feita por intermédio dos sindicatos e não de forma indiscriminada.

O ministro revelou-se bastante receptivo a alguns dos argumentos invocados, comprometendo-se a submeter ao Conselho de Ministros de hoje uma proposta no sentido do prolongamento do referido prazo. Aceitou, também, que a divulgação dos projectos de diploma já elaborados seria um factor imprescindível.

O ministro admitiu, ainda em declarações aos órgãos de Informação, que se tem de encontrar «uma forma de participação dos trabalhadores dife-

rente da que foi proposta na nota oficiosa». Esta, segundo acrescentou, é um resultado de «circunstâncias de urgência».

Durante a reunião foram também focados os problemas existentes no Inatel, designadamente o ambiente de tensão que os dois elementos da comissão administrativa nomeados por Tomás Rosa têm criado no seio do organismo. O ministro afirmou não ter possibilidades de intervenção directa, mas não se furtou à possibilidade de um contacto pessoal no sentido de resolver a questão.

CRK
30/9/76

Sindicato dos Trabalhadores
da Indústria Hoteleira e
Similares do Distrito de Braga

ASSEMBLEIA GERAL
EXTRAORDINÁRIA

CONVOCATÓRIA

A pedido da Direcção do Sindicato, convoco todos os associados a reunirem em Assembleia Geral Extraordinária no próximo dia 5 de Outubro (3.ª feira) pelas 21,30 horas na sede do Organismo sita na Rua de Santo André, n.º 9-1.º Dt.º, em Braga, com a seguinte ordem de trabalhos: CONTRATAÇÃO COLECTIVA DE TRABALHO — NOTA OFICIAL DO M.T. — CONGRESSO DOS SINDICATOS INFORMAÇÕES.

Braga, 28 de Setembro de 1976.

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral,
a) Joaquim Passos de Sousa

PUBLICIDADE

Sindicato dos Trabalhadores
na Indústria Hoteleira e Similares
do Distrito de Faro

RUA BRITES DE ALMEIDA, 12-3.º — FARO

CONVOCATÓRIA

A Direcção deste Sindicato convoca os Delegados Sindicais dessa unidade para um Plenário de Delegados a realizar no próximo dia 1 de Outubro/76, pelas 15,30 horas, no edifício da Junta de Província (à Pontinha) em Faro.

ORDEM DE TRABALHOS

— SITUAÇÃO DO C. C. T. VERTICAL EM DISCUSSÃO
— CONGRESSO DOS SINDICATOS
— INFORMAÇÕES

Faro, 27 de Setembro de 1976.

A DIRECÇÃO
(Assinatura ilegível)

Luta 30/9/76

NO SÁBADO

Plenário das C.T.'s
da Cintura de Lisboa

CRK
30/9/76

Legislação inconstitucional e recuperação capitalista, a unidade dos trabalhadores e o Congresso dos Sindicatos, as comissões de trabalhadores face às eleições para as autarquias locais, são os temas a debater no plenário das comissões de trabalhadores da cintura industrial de Lisboa, a realizar no sábado, a partir das dez horas, nas instalações da Cometna-Amadora.

A convocatória do encontro lembra que «no decorrer dos últimos meses têm sido tomadas medidas que preocupam fundamentalmente

as classes trabalhadoras, não só porque são contrárias aos seus interesses, mas também porque não foram consultadas para a sua elaboração. A classe operária e os trabalhadores têm plena consciência de que é fundamental intervir nos problemas que lhes dizem respeito, conscientes de que essa forma é a única capaz de defender os seus interesses».

O plenário foi convocado pelo Secretariado das Comissões de Trabalhadores da Cintura Industrial de Lisboa (CIL).

INATEL: intercâmbio
de trabalhadores

Século
30/9/76

Encontra-se em Portugal uma delegação do Comité d'Etablissement da Régie Renault que, a convite do INATEL, se deslocou ao nosso País, com vista ao estabelecimento de futuros acordos de intercâmbio entre trabalhadores portugueses e trabalhadores da Fábrica Renault, nos campos cultural, desportivo e de turismo social.

A delegação contactou já, bilateralmente, com as comissões de trabalhadores da Mague, Sociedade Central de Cervejas e Góvina, onde ficou sublinhada a importância de um futuro de intercâmbio entre trabalhado-

res, entendendo-se este como uma troca de experiências mútuas, o desenvolvimento de laços de camaradagem, o enriquecimento técnico, enfim, uma importante manifestação de solidariedade.

O Comité d'Etablissement da Renault vai contactar ainda com as comissões de trabalhadores da Sorefame, Cometna, Lisnave Setenave, Siderurgia Nacional e CUF.

Estão também previstos encontros com a Intersindical e o INATEL, bem assim como esta projectada uma visita à Fábrica da Renault Lusitana, na Guarda.

Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas

1.º — Considerando que a cisão do Movimento Sindical Português se deve ao facto de ter sido reconhecida pelo aparelho de Estado a Intersindical como Confederação Geral dos Sindicatos, impedindo-se assim que os trabalhadores, que não foram ouvidos para tal acto, construissem democrática e livremente a sua central sindical única, autónoma democrática e independente;

2.º — Considerando que a Intersindical foi, à partida, um aparelho ao serviço de um governo e de um partido, regeitados pela grande maioria dos trabalhadores deste país, situação que a perpetuar-se seria extremamente aberrante na actual fase de transição democrática para o socialismo;

3.º — Considerando que a divisão dos trabalhadores decorrente de tais factos (baseados na lei da unicidade, no 1.º de Maio de 1975 e no Congresso de Julho do mesmo ano) cobertos despudoradamente pelo Secretariado da Intersindical só poderá ser ultrapassada através de um congresso democrático de todos os sindicatos para a unidade;

4.º Considerando que esse congresso só poderá ser autónomo e democrático se for única e exclusivamente organizado e realizado por uma comissão nacional organizadora que integre todas as correntes de opinião político-sindical com efectiva expressão no Movimento Sindical Português sem que haja lugar a hegemonias de quaisquer uma delas ou resultante de alianças que entre si se possam estabelecer;

5.º Considerando que impedir a existência de uma comissão nacional organizadora estruturada nestes princípios é contribuir claramente para a institucionalização do pluralismo sindical que as forças anti-operárias não deixarão de desencadear e explorar;

6.º — Considerando que vem clara e inequivocamente expresso no programa votado pela esmagadora maioria dos trabalhadores bancários e que vincula estes e a direcção do nosso sindicato a uma luta consequente pela construção da verdadeira central sindical, única, democrática e independente;

7.º — Considerando que a unidade dos trabalhadores ultrapassa os sindicatos filiados na Intersindical e exige a auscultação e mobilização dos sindicatos não filiados, tarefa iniciada exclusivamente pela comissão de redacção da "Carta Aberta", de que a nossa direcção faz parte com o apoio claro da grande massa de trabalhadores bancários que defendem o seu programa;

8.º — Considerando que a chamada "Comissão Nacional Organizadora Provisória" não é mais do que uma manifestação de arrogância e de fraqueza da Intersindical, que no plenário onde a mesma foi constituída, faz nela incluir sindicatos democráticos que não só não estavam presentes como tinham denunciado e repudiado publicamente as intenções de tal plenário;

9.º — Considerando portanto que a constituição desta dita "Comissão Nacional Organizadora Provisória" não é mais do que uma forma caprichosa de tentar fazer aceitar pelos trabalhadores posições que o Secretariado por si só não conseguiria.

Os delegados sindicais do Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas, reunidos em reunião geral no dia 28 de Setembro de 1976, concluem e deliberam propor à assembleia geral a realizar em 15 de Outubro P.F.

1 — Apoiar intransigentemente a direcção do nosso sindicato na luta que vem travando pela autonomia, democraticidade e unidade orgânica do Movimento Sindical Português;

2 — Identificar-se com os princípios e propostas decorrentes da "Carta Aberta";

3 — Não reconhecer a chamada "Comissão Nacional Organizadora Provisória" nem qualquer das deliberações anti-democráticas da reunião de direcções sindicais que teve lugar no Instituto Superior Técnico, no passado dia 4 de Setembro;

4 — Repudiar as calúnias que vêm sendo difundidas a partir do Secretariado da Intersindical sob a capa da denominada "Comissão Nacional Organizadora Provisória";

5 — Que o nosso sindicato não se faça representar no 2.º Congresso da Intersindical, mesmo que designado "congresso de todos os sindicatos pela unidade, pela reestruturação da Intersindical..." e continue a lutar pela construção da verdadeira central sindical única, autónoma, democrática e independente segundo os princípios decorrentes da "carta Aberta";

6 — Que não se paguem quaisquer quotas à Intersindical, vencidas ou vincendas, enquanto aquela organização se mantiver como barreira à construção da verdadeira central sindical representativa dos trabalhadores portugueses.

7 — Que seja dado conhecimento desta Moção a todos os trabalhadores e aos Órgãos de Comunicação Social, escrita, diária, se necessário com publicidade paga.

APROVADO POR MAIORIA

AMANHÃ

Trabalhadores comemoram 6.º aniversário da Intersindical

A Intersindical Nacional comemora amanhã o seu sexto aniversário com manifestações que contrariamente aos aniversários anteriores, se realizam em vários pontos do país.

Assim, em Lisboa, a data será assinalada com plenários sindicais, a partir das 18 horas, na Petrógal, J. Pimenta, Pardal Monteiro e Fábrica de Louça de Sacavém (às 17 horas). No Porto, realiza-se às 21 horas, um comício festa no cinema Vale Formoso. Comícios sindicais decorrerão às 21 e 30, em Beja, às 19 horas, em Torres Novas; comícios sindicais seguidos de projecção de filmes constituem o programa das comemorações em Portalegre (às 21 horas) e em Setúbal (no cinema Ferroviário, às 22 horas); comícios sindicais e festa estão programados para o Porto (às 21 no cinema Vale Formoso), em Torres Vedras e em Mafra. Nesta vila, está prevista ainda a realização duma tarde desportiva com participação

de trabalhadores das empresas da região no dia 2, e uma manhã desportiva para crianças no dia 3. Em Coimbra, haverá às 21 e 30, no salão do Inatel, um comício sindical e sessão de teatro com a participação de estudantes universitários; realizando-se em Évora, um colóquio sobre sindicalismo às 21 horas, na sociedade Joaquim António de Aguiar; em Faro, plenários sindicais em várias empresas; finalmente, em Vial Franca de Xira as comemorações serão assinaladas com uma manhã infantil no dia 2 e venda de publicações sobre temas sindicais.

O secretariado da Intersindical promoveu ontem uma conferência de imprensa em que divulgou o programa, tendo um dos membros do secretariado salientado a importância da unidade dos trabalhadores nos seguintes termos: «A divisão dos trabalhadores constituiria um grande atraso e uma quebra no avanço do processo re-

volucionário e na luta dos trabalhadores. Estes, divididos, não conseguirão nunca o que conseguem unidos em torno de uma Central Única e de um movimento sindical unitário.

Também o editorial do «Avanço» chama a atenção para a luta que a Inter tem desenvolvido, iniciada ainda «nas mais duras condições de repressão fascista e definitivamente inscritos na história da luta de classes em Portugal».

Orçelo Curto

«Temos de encontrar uma forma de participação dos trabalhadores»

«As conclusões a que chegámos podem abrir-nos um caminho novo nas relações com a Intersindical, que efectivamente é uma organização sindical reconhecida por uma série de sindicatos, o que nós não podemos desconhecer» — afirmou, ontem à tarde, o ministro do Trabalho, dr. Marcelo Curto, no final de reunião que teve com representantes da Inter.

No encontro os pontos principais do diálogo prenderam-se com a nota oficiosa de 13 de Setembro sobre a legislação de trabalho e questões relativas ao INATEL.

No final da reunião os dirigentes da Intersindical declararam aos órgãos de Informação que tinham vindo manifestar o seu acordo ao ministro do Trabalho sobre a forma como foi posta à discussão a matéria contida na nota oficiosa, que não corresponde de modo nenhum a uma participação activa, consciente e unitária dos trabalhadores na legislação do trabalho conforme consignam os arts. 58 e 56 da Constituição.

Os elementos do secretariado da Intersindical acrescentaram que durante o encontro alertaram o dr. Marcelo Curto para o perigo de um problema de inconstitucionalidade, principalmente no que se refere à forma de participação.

Manifestaram ainda a sua preocupação quanto ao ambiente que existe no seio da comissão administrativa do INATEL e sobre as dificuldades que têm sido levantadas ao exercício das funções do representante do movimento sindical na comissão administrativa daquele organismo.

O dr. Marcelo Curto informou que durante o encontro os dirigentes da Inter pediram o adia-

mento do prazo para apreciação dos projectos de legislação e ainda que lhes fosse facultado o conhecimento prévio dos projectos.

Urgência

Sobre estas reivindicações, disse, vai consultar o Conselho de Ministros, que, hoje, apreciará alguns projectos sobre matérias anunciadas na nota oficiosa.

A finalizar, declarou: «Pela forma como decorreu a reunião julgo que, se não nestes projectos, pelo menos noutros, que são muito importantes, temos de encontrar uma forma de participação dos trabalhadores diferente da que foi proposta na nota oficiosa e que foi proposta por circunstâncias de urgência e porque nos debates com um movimento sindical que não está unificado e com comissões de trabalhadores que não têm uma organização nacional. Efectivamente, não se trata só de consultar, mas de os trabalhadores exporem os seus pontos de vista e virem aqui discutirlos, se quiserem».

Ainda sobre a mesma nota oficiosa, o Secretariado da União dos Sindicatos de Lisboa entregou, também, esta tarde, no Ministério do Trabalho, uma moção em que repudia o conteúdo da mesma, «por ser contrária ao espírito e à letra da Constituição, na medida em que afasta, na prática, toda e qualquer possibilidade de participação organizada dos trabalhadores».

Na mesma moção, a União dos Sindicatos de Lisboa reivindica que o Ministério do Trabalho proceda à divulgação dos projectos sobre a matéria a legislar, através do movimento sindical e das comissões de traba-

lhadores e ainda «um prazo de discussão que permita, de facto, a participação dos trabalhadores».

Na primeira parte do documento lembra-se que as matérias a legislar são da competência da Assembleia da República, que não mandou o Governo para o efeito e chama-se ainda a atenção para o facto de ser solicitada a participação do patronato, «que é excluída pela Constituição, por não ser compatível com a transição para o socialismo».

ENCONTRO REGIONAL

Reunião de JOVENS TRABALHADORES

Em conferência de Imprensa, ontem realizada na Intersindical, foi anunciada a realização, para 28 de Novembro de um Encontro Regional da Juventude Trabalhadora dos distritos de Lisboa e Setúbal, promovido pelas comissões de juventude dos sindicatos.

Segundo foi revelado, o objectivo deste encontro é reforçar a participação dos jovens no movimento sindical, sem esquecer a defesa dos seus direitos específicos.

Foram divulgados os quatro temas que servirão de base à discussão: Juventude na empresa; Juventude e a ocupação dos tempos livres; a juventude e o movimento sindical; e os trabalhadores-estudantes. A discussão dos temas será feita por secções e terá como base uma série de textos previamente elaborados e já discutidos nas comissões de juventude ou em assembleias de empresas.

SINDICATO DOS MAQUINISTAS PRÁTICOS, AJUDANTES E ARTÍFICES DA MARINHA MERCANTE DO DISTRITO DE LISBOA

MOÇÃO

Delegados Sindicais do Sindicato dos Maquinistas Práticos, Ajudantes e Artífices da Marinha Mercante do Distrito de Lisboa, reunidos conjuntamente com elementos dos Corpos Gerentes do mesmo, no dia 24 de Setembro, na sede do Sindicato em Lisboa, para análise e discussão da conjuntura actual do Movimento Sindical Português, resolvem:

1. Apoiar todas as acções levadas a cabo com vista à realização do Congresso de todos os Sindicatos portugueses, defendendo que este, pela sua abertura e espírito democrático, conduza a organização de um só Movimento Sindical em Portugal representativo de todas as classes trabalhadoras.
2. Manifestar a sua viva discordância com os que, declarando-se defensores da UNIDADE dos trabalhadores e da UNIDADE dos trabalhadores e da democracia, recusam discutir, quer os aspectos negativos quer os positivos da actividade sindical no país, dentro das presentes estruturas sindicais.
3. Denunciar os que, mascarando-se de pretensas intenções unitárias e democráticas, tudo estão fazendo para dividir os trabalhadores e enfraquecer o seu Movimento Sindical, porquanto animam os o propósito da criação de Sindicatos paralelos que a experiência internacional já demonstrou, vivamente, ser prejudicial aos trabalhadores.
4. Exortar todos os nossos colegas para que discutam com os seus camaradas nos locais de trabalho o PROJECTO DE REGULAMENTO DO CONGRESSO DE TODOS OS SINDICATOS, que o nosso Sindicato está a distribuir, e os que não se encontrem em viagem ou de serviço, a estarem presentes na próxima Assembleia Geral Extraordinária do Sindicato, marcada para o dia 8 de Outubro, com vista a discutirmos o referido PROJECTO, a data da realização do CONGRESSO DE TODOS OS SINDICATOS e indicar os representantes do nosso Sindicato naquele.
5. Que a presente moção seja publicada em órgãos de informação.

Lisboa, 24 de Setembro de 1976.

Pela Direcção
(a) Regível

SINDICATO DOS OPERÁRIOS DA CONSTRUÇÃO CIVIL, MARCENARIA E CANTARIA DO DISTRITO DE SANTARÉM

MOÇÃO

A Direcção e Delegados Sindicais da Construção Civil do Distrito de Santarém, reunidos em Plenário, no dia 24 de Setembro de 1976, em Santarém, para discutirem o momentoso problema do Congresso dos Sindicatos, DECIDEM:

1. Dar todo o apoio à C.O.P.C. para que o próximo congresso seja de todos os Sindicatos para a UNIDADE PLENA DOS TRABALHADORES.
2. Dar todo o esforço pela reestruturação da Intersindical Nacional (CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES PORTUGUESES) que antes e depois do 25 de Abril é a vanguarda na defesa de todos os trabalhadores.
3. Rejeitar o PLURALISMO SINDICAL, forma divisionista ao serviço dos exploradores.
4. Aprovar o Projecto de Regulamento do Congresso de todos os Sindicatos apresentado pela Intersindical Nacional.
5. Levar a efeito, em todos os locais de trabalho, reuniões para debater problemas do congresso.
6. Protestar contra as medidas de recuperação capitalista anunciadas pelo Governo e exigir deste o cumprimento da Constituição da República Portuguesa.

Santarém, 24 de Setembro de 1976

A Direcção e Delegados Sindicais

Comemorações descentralizadas sob o lema da unidade

A Intersindical Nacional vai festejar o seu sexto aniversário no próximo dia 1 de Outubro. Este ano as comemorações vão ser descentralizadas e terão lugar em diversas cidades do país. Beja, Coimbra, Évora, Faro, Portalegre, Porto, Torres Novas, Torres Vedras, Setúbal, Lisboa, Vila Franca de Xira e Mafra são as localidades onde se realizarão comícios, colóquios, plenários em empresas e projecção de filmes, comemorando os seis anos de luta, iniciada nas mais duras condições de repressão fascista, que a Intersindical Nacional representa. Em cada um daqueles locais estará presente um representante do secretariado da Inter que apresentará um documento-intervenção, naturalmente adaptado aos condicionismos locais. As comemorações no Porto (comício-festa no teatro Vale Formoso) e em Coimbra (comício sindical, com teatro) assumem particular relevo. Em Évora, está programado a realização de um colóquio sobre sindicalismo que se reveste de especial significado. Por outro lado, em Vila Franca de Xira, o sexto ano da Intersindical será festejado no dia 2, aproveitando a realização da Feira local. Nesse dia, serão postas à venda publicações sobre temas sindicais

no recinto da feira, onde estará instalado um pavilhão da Inter. Em Mafra, as comemorações têm um aspecto diferente: nos dias 2 e 3, aproveitando, igualmente, uma festa local, haverá uma tarde desportiva no primeiro dia e uma manhã desportiva para crianças, no segundo. Depois, decorrerão um comício e uma festa. Em Lisboa, o aniversário será assinalado com a realização de plenários sindicais em numerosas empresas, realizados a partir das 18 horas. Como afirmou ontem, em conferência de Imprensa, um membro do Secretariado da Intersindical, todas estas manifestações «terão sempre presente o objectivo fundamental da Inter, que é a unidade de todos os trabalhadores». «A divisão dos trabalhadores — lembrou aquele dirigente sindical — «constituiria um grande atraso e uma quebra no avanço do processo revolucionário e na luta dos trabalhadores. Estes, divididos, não conseguirão nunca



o que conseguem unidos em torno de uma Central Única e de um Movimento Sindical Unitário».

Nos seus seis anos de existência, que agora se comemoram, a Inter

teve sempre, de resto, um carácter unitário, conseguindo reunir diversas formas de expressão e de concepção de sindicalismo, com excepção, naturalmente, das formas corporativas. Foi a necessidade sentida pelos trabalhadores de se unirem e organizarem para melhor defenderem os seus interesses de classe que determinou a criação, em 1970, da Intersindical. Ao comemorar, dentro de dias, o seu sexto aniversário, convém lembrar — como o fez ontem um membro do Secretariado da Inter — que «a acumulação de experiência adquirida pelos trabalhadores na sua longa luta contra o capitalismo e o fascismo confere à Intersindical um carácter historicamente unitário. Efectivamente, a unidade de acção dos trabalhadores forja-se na luta contra a exploração que todos sofrem, apesar das suas divergências políticas, religiosas ou filosóficas».

6.º ANIVERSÁRIO DA INTERSINDICAL

PUB.



6.º ANIVERSÁRIO DA INTERSINDICAL

UNIDADE NA ACÇÃO — A FORÇA DOS TRABALHADORES

COMICIO — FESTA

Pela unidade dos trabalhadores e do movimento sindical
Pela defesa das conquistas dos trabalhadores consagradas na Constituição
Pelo direito ao trabalho contra os despedimentos
Pelo cumprimento dos CCT

SEXTA-FEIRA 1 DE OUTUBRO 21.30 HORAS

Com a presença de:
Fernando Farinha
Adriano Correia de Oliveira
Luís Viegas
Grupo Resistência

6 ANOS DE LUTA
AO SERVIÇO DOS TRABALHADORES

A Intersindical Nacional, central única dos trabalhadores portugueses, vai comemorar, amanhã, o seu sexto aniversário.

Com o objectivo de divulgar o programa de comemorações, o Secretariado da Inter promoveu, ontem, uma conferência de Imprensa, na qual se anunciou que se realizarão manifestações várias, alusivas à fundação da Inter — erguida pelos trabalhadores em condições de rigorosa clandestinidade, durante o fascismo — em Beja, Coimbra, Évora, Faro, Portalegre, Porto, Torres Vedras, Setúbal, Lisboa, Vila Franca de Xira e Mafra.

Esclarecendo o carácter das manifestações, António Andrade, do Secretariado, referiu que «serão os trabalhadores a organizarem o aniversário da Central Única, tendo em conta que lhes compete alargar e reforçar a unidade do movimento sindical».

Segundo foi afirmado, nalguns casos os comícios a realizar contemplarão, também, o debate do Congresso dos Sindicatos, «no sentido de evitar uma duplicação de esforços».

CONVÍVIO DE TRABALHADORES EM COIMBRA

COIMBRA — Para comemorar o aniversário da Intersindical, a União dos Sindicatos

de Coimbra leva a efeito, nesse dia, pelas 21 e 30 horas, nas instalações da delegação do Inatel, um convívio de trabalhadores no qual, e com a colaboração do Teatro dos Estudantes da Universidade de Coimbra (T. E. U. C.), será representada a já consagrada peça de Jaime Gralheiro, «Ar-raia Miúda» que tanto êxito alcançou na sua recente digressão pelo Alentejo.

Iniciando a sessão, um trabalhador fará um breve histórico da difícil luta que a Intersindical tem travado na defesa dos trabalhadores portugueses.

Inter comemora sexto aniversário

4.º ano
30/9/76

A Intersindical Nacional comemora, amanhã, dia 1 de Outubro, o seu 6.º aniversário.

Este ano, ao contrário dos dois anteriores, a organização das comemorações foi descentralizada, pertencendo às uniões distritais e aos sindicatos a sua realização. Também este ano as comemorações serão aproveitadas para debater o congresso dos sindicatos e a importância do movimento sindical.

No editorial do órgão da Intersindical, a *Avançada*, referem-se as razões que levaram à criação da Confederação dos Sindicatos, as conquistas dos trabalhadores depois do 25 de Abril e, finalmente, faz-se um apelo para a unidade de todos os trabalhadores. Ali se afirma:

«A Intersindical começou a erguer-se em 1 de Outubro de 1970 nas duras condições da repressão fascista. Foi a necessidade sentida pelos trabalhadores de se unirem e organizarem para melhor defender os seus interesses de classe que levou à criação da Intersindical. Mesmo sob a repressão da PIDE, a Intersindical soube encontrar os caminhos da luta de classes, mobilizar os trabalhadores, conduzi-los à acção, tornar conhecido de todo o mundo — apesar das limitações do direito sindical e da censura — que novas forças engrossavam o caudal revolucionário que brevemente derrubaria o regime fascista português.

«A acumulação de experiência adquirida pelos trabalhadores na sua longa luta contra o capitalismo, e o fascismo, confere a Intersindical um carácter historicamente unitário.»

E mais adiante:

«Travámos uma grande batalha da economia para atenuar os graves problemas que atravessamos e que forjava a consciência de classe dos trabalhadores para a transformação e alteração das relações de produção existentes. As medidas de austeridade eram imprescindíveis. Estávamos a lutar por uma vida melhor, livre da exploração. Estes sacrifícios são parte integrante do papel histórico dos trabalhadores na Revolução. Aqueles que então nos atacaram e sabotaram esta batalha patriótica, são os que agora, quando promovem a recuperação capitalista e procuram afastar-nos do processo, dizem que os trabalhadores não fazem nada, que só pensam em greves, que só querem ganhar dinheiro, arruinar as empresas etc...»

Programa das comemorações

O programa das comemorações do aniversário, engloba comícios sindicais, seguidos de projecção de filmes, teatro ou festa, em Beja, Coimbra, Portalegre, Porto, Torres Novas, Barreiro, Torres Vedras, e, no dia 3, à tarde, em Mafra. No mesmo dia, nesta última vila, mas de manhã, realiza-se uma mostra desportiva para crianças, enquanto no dia anterior, é promovida uma tarde desportiva, com a participação de trabalhadores de quatro empresas da região.

Em Vila Franca de Xira, no dia 2, haverá um comício e venda de publicações sobre temas sindicais, numa barraca colocada na feira. Em Lisboa e em Faro, realizam-se plenários em diversas empresas, no dia 1, e, em Évora, levar-se-á a efeito um colóquio sobre sindicalismo.

Intersindical comemora amanhã 6.º aniversário

DMot
30/9/76

A Intersindical Nacional celebra, amanhã, o sexto aniversário da sua fundação, estando previstas, para o efeito, diversas manifestações em todo o país.

Com o objectivo de divulgar o programa de comemorações, realizou-se, ontem, na União dos Sindicatos de Lisboa, uma conferência de Imprensa, promovida pelo Secretariado da Intersindical, durante a qual foi acentuado que a «formação daquela estrutura sindical nos tempos duros do fascismo obedeceu à necessidade sentida pelos trabalhadores de se unirem e organizarem na defesa dos seus interesses de classe».

Aludindo ao ponto específico das comemorações, António Andrade, elemento do Secretariado da Intersindical, referiu que «serão os próprios trabalhadores a organizarem o aniversário da Central Unica», tendo em conta «que lhes compete alargar e reforçar a unidade» do movimento nacional.

Assim, foi decidido descentralizar para as uniões distritais

as responsabilidades da organização dos programas que integram sessões de canto livre, cinema, teatro, colóquios sobre sindicalismo e diversos comícios.

Nalguns casos, os comícios enquadrarão, também, o debate do regulamento do Congresso dos Sindicatos, no sentido de «evitar uma duplicação de esforços».

Delegação em Hanói

Por outro lado e «no prosseguimento da sua política de estreitamento de relações com todos os movimentos sindicais do Mundo», partiu, anteontem para Hanói, uma delegação oficial da Intersindical portuguesa, composta por Beatriz Sant'Ana, membro do Secretariado e Augusto Silva, do departamento internacional.

O comunicado emitido por aquela organização sindical esclarece, também, que esta visita, que se prolongará até ao dia 4 de Outubro, visa corresponder a um convite formulado pela Federação dos Sindicatos do Vietname.

AMANHÃ EM TODO O PAÍS

Intersindical Nacional Comemora o 6.º Aniversário da sua Fundação

efort
30/9/76

Programa descentralizado assinala o acontecimento

Com a finalidade de indicar o programa das comemorações do seu sexto aniversário, a Intersindical Nacional realizou, ontem, na sua sede, em Lisboa, uma conferência de Imprensa. Depois de algumas considerações sobre a formação e necessidade da Intersindical na união e defesa de todos os trabalhadores portugueses, foi indicado que as comemorações deste ano foram descentralizadas, de modo a que todos os sindicatos e uniões pudessem, de acordo com as localidades em que se encontram e funcionar, organizar os festejos, quer de interesse recreativo (sessões de canto e teatro), quer formativo (minicómios e sessões de esclarecimento).

E o seguinte o programa, ainda não absolutamente completo, das comemorações da Intersindical, no seu sexto aniversário: dia 1, às 21,30 horas, em Beja: comício sindical; em Coimbra, comício sindical e sessão de teatro com a participação de estudantes universitários, no salão do I.N.A. T.E.L.; em Évora, no mesmo dia e às 21 horas, colóquio sobre sindicalismo, na Sociedade Joaquim António de Aguiar; em Faro, vários plenários sindicais em empresas; em Portalegre, comício sindical e projecção de um filme; no Porto, comício-festa no Cinema Vale Formoso; em Torres Novas, pelas 19 horas, comício sindical; em Setúbal, pelas 20,30 horas, no cinema ferroviário do Barreiro, comício sindical e projecção de um filme; em Lisboa, vários plenários sindicais, a terem lugar na Petrógal, J. Pimenta, Pardal Monteiro, Fábrica de Louça de Sacavém; em Vila Franca de Xira, durante três dias, comi-

ciando com a realização de uma feira na vila, proceder-se-á à venda sobre publicações de temas sindicais; em Torres Vedras, pelas 21,30 horas, comício sindical e festas; em Mafra, no dia 2, tarde desportiva com participação de trabalhadores de quatro empresas da região e ainda nesta localidade, no dia 3, terá lugar uma manhã desportiva para crianças e, na parte de tarde, um comício sindical e festa (canto livre).

COMEMORAÇÕES POSSIBILITARÃO UNIAO

Interrogados sobre o motivo que o Norte do País parece não participar nos festejos como a parte Sul do território, os elementos da Intersindical afirmaram que «como houve uma descentralização nos festejos e como são os próprios sindicatos a organizá-los e estes têm os seus próprios problemas, é natural que haja uma concentração no Porto, onde as comemorações deverão atingir um ponto alto».

De salientar que será em Coimbra e no Porto os principais centros comemorativos deste sexto aniversário da Intersindical e em Vila Franca de Xira o período mais moroso, devido à feira que, entretanto, ali, se vai realizar.

Um outro ponto que abordámos referia-se a possíveis problemas das comemorações em relação a discordâncias sindicais, com vista ao próximo congresso. Responderam-nos que «não podemos desligar o congresso do aniversário, mas que os festejos servirão, certamente, para melhor unir todos os trabalhadores na defesa das conquistas alcançadas».

Inter no Vietname

No prosseguimento da sua política de estreitamento de relações com todos os movimentos sindicais do Mundo, partiu para Hanói uma delegação oficial da Intersindical Nacional, composta por Beatriz Santana, membro do Secretariado Nacional da Intersindical, e Augusto Silva, do departamento internacional da Intersindical.

A visita, que se efectua a convite da Federação dos Sindicatos do Vietname termina no próximo dia 4.

Também a convite da Federação Geral dos Sindicatos do Iraque, visitou aquele país outra delegação da Intersindical, composta por Joaquim Moreira, membro do secretariado da Inter, Sequeira Nunes, do secretariado da União dos Sindicatos do Porto, e José Manuel Carinhos, do Departamento Internacional da Intersindical.

Durante a sua estada naquele país, a delegação teve uma série de encontros com os dirigentes da Federação dos Sindicatos do Iraque e os dirigentes sindicais das diversas regiões a que se deslocou, visitando igualmente unidades industriais agrícolas, assim como organizações de formação dos trabalhadores nas regiões de Bagdad, Babilónia, Nineveh e Arbil, onde foi possível constatar o desenvolvimento sócioeconómico da revolução iraquiana, iniciada em 17 de Julho de 1968.

DMot 30/9/76
● NÃO AO PLURALISMO SINDICAL — Os trabalhadores da «Rabara», de Ovar, reunidos em plenário com a participação de representantes sindicais, aprovaram uma moção «contra o pluralismo sindical, pela reestruturação da Intersindical Nacional e pelo fim dos divisionismos sindicais», tendo ainda sido discutido o próximo Congresso dos Sindicatos.

DMot 30/9/76

CONTRA O DIVISIONISMO DELEGADOS DOS ESCRITÓRIOS CENSURAM DIRECÇÃO SINDICAL

Diário 30/9/76

Os delegados sindicais dos trabalhadores dos escritórios de Lisboa aprovaram um voto de desconfiança à direcção do respectivo Sindicato — um dos mais importantes dos que constituem o grupo da «carta aberta» — num plenário durante o qual foi analisada a actuação dos dirigentes, nas tarefas de preparação do Congresso de Todos os Sindicatos.

No plenário, um dos mais concorridos de sempre, os delegados sindicais decidiram, também por esmagadora maioria, exigir que a direcção se retire, imediatamente, do grupo da «carta aberta» e participe, activamente, na

preparação do Congresso, no seio do Movimento Sindical.

A reunião foi convocada pela própria direcção que, representando cerca de 70 mil associados, é das que têm maior peso no grupo de direcções da «carta aberta». Recentemente, os delegados sindicais também em plenário, haviam já aprovado resoluções que obrigavam os dirigentes sindicais a afastar-se do grupo divisionista que promoveu reuniões estritas em Coimbra, à margem do Movimento Sindical, e onde foram aprovados documentos contendo ataques às estruturas daquele movimento. A direcção do Sindicato,

porém, recusou-se a acatar aquelas decisões, alegando que os plenários de delegados sindicais não são deliberativos.

As propostas aprovadas no plenário de anteontem — num número significativo — contém muitas denúncias do que tem sido a actuação antidemocrática da direcção. Entre as muitas incorrecções de que foi acusada ressaltam a de ter distribuído apenas dez mil exemplares do projecto de regulamento do Congresso elaborado pela respectiva Comissão Nacional Organizadora Provisória (CNOP). Esse facto contrasta flagrantemente com a distribuição ampla que a direcção fez de documentos sobre o grupo da «carta aberta», que enviou aos 70 mil associados. Os delegados sindicais exigiram, assim, que a direcção distribuisse, convenientemente, o projecto de regulamento, a fim de que os trabalhadores estejam preparados para discutir a preparação do Congresso na assembleia geral do Sindicato que deverá ser convocada para o efeito, no princípio do mês de Outubro.

Em diversos outros pontos do país, os trabalhadores continuam a comparecer em massa a reuniões de preparação do Congresso, onde têm sido discutidos o projecto de regulamento elaborado pela CNOP e as propostas de alternativa que aquela Comissão Nacional Organizadora Provisória do Congresso fez também chegar a todos os sindicatos.

SINDICATO DOS TRABALHADORES DE ESCRITÓRIO DO DISTRITO DE LISBOA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA CONVOCATÓRIA

Popular
30/9/76

Ao abrigo do artigo 13.º § 5.º alínea a), e ao abrigo do artigo 36.º § 6.º dos Estatutos, convoco todos os sócios no pleno gozo dos seus direitos, para uma ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA, a realizar no próximo dia 14 de Outubro de 1976, pelas 21 horas, no Pavilhão dos Desportos de Lisboa com a seguinte

ORDEM DE TRABALHOS

Ponto Único — ANÁLISE DE ACTUAÇÃO DA DIRECÇÃO E DEFINIÇÃO DO COMPORTAMENTO DO SINDICATO NO PRÓXIMO CONGRESSO SINDICAL

NOTA:

- 1 — A apresentação do cartão de sócio ou de qualquer documento identificativo é indispensável para a entrada na Assembleia.
- 2 — Esta Assembleia Extraordinária é convocada sob duplo requerimento:
 - a) Por 226 associados ao abrigo do artigo 13.º § 5.º alínea a) dos Estatutos;
 - b) Pelo Conselho Fiscalizador do Sindicato ao abrigo do artigo 36.º § 6.º dos mesmos Estatutos;
 - c) Tendo em conta o requerimento indicado em b) e ao abrigo do artigo 18.º dos Estatutos, esta Assembleia terá início às 21 horas se estiverem presentes a maioria dos sócios, ou 30 minutos depois com qualquer número.

Lisboa, 29 de Setembro de 1976

IMPORTANTE: A apresentação deste Postal facilitará a entrada.

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral

Assinatura ilegível

CONSELHO DE MINISTROS EXTRAORDINÁRIO PARA TRATAR EXCLUSIVAMENTE DE MATÉRIAS REFERENTES AO TRABALHO

D. República
30/8/76

Foi convocado para esta manhã, em S. Bento, um plenário ministerial extraordinário para se ocupar especificamente de matérias referentes à legislação do trabalho.

Esta reunião do Conselho de Ministros fora já anunciada precisamente pelo titular da pasta governativa do Trabalho, dr. Marcelo Curto, e presume-se que se debateram nela as posições assumidas pelas instituições representativas dos trabalhadores,

no sentido de participarem de modo efectivo na discussão de quaisquer matérias a legislar em tudo quanto se relacione com esse sector fundamental da política do País, assegurando-se-lhes desse modo pronunciarem-se democraticamente sobre problemas que constituem pontos básicos para o mundo do trabalho.

A entrada para esse plenário ministerial, o secretário de Estado da Comunicação Social, Manuel Alegre, conjur-

mou a especificidade da reunião, adiantando que seriam nela apreciados projectos de diplomas respeitantes, designadamente, à contratação colectiva em geral, aos contratos individuais e ao regime do trabalho rural.

Secretaria de Estado da Segurança Social contra a União dos Sindicatos de Leiria

De
30/8/76

Da Secretaria de Estado da Segurança Social recebemos uma nota oficiosa abordando um comunicado da União dos Sindicatos de Leiria cujo teor é o seguinte:

"Face ao comunicado da União dos Sindicatos do Distrito de Leiria distribuído no passado dia 24 e dado que o seu conteúdo demagógico e falso, pretende lançar a confusão entre os trabalhadores "que diz defender", não pode este Ministério deixar de tomar posição para esclarecimento da opinião pública.

1 — O despacho do senhor secretário de Estado da Segurança Social de 22 de Setembro último, a que se refere o aludido comunicado é do seguinte teor:

"Considerando as previsões globais respeitantes às perspectivas do processo de autonomização dos serviços da acção médico-social dos restantes serviços das instituições de Previdência; admitindo-se uma perspectiva gradual na sequência desse pro-

cesso, que não prejudique o andamento das acções que visem a sua integral concretização, determino:

1 — Competirá ao presidente da comissão administrativa da Caixa de Previdência e Abono de Família do distrito de Leiria, respectivos delegados sindicais e aos trabalhadores abaixo indicados assegurar as tarefas de gestão exigidas pelo processo de autonomização dos serviços médico-sociais da referida Caixa.

2 — A actividade do presidente da comissão administrativa e dos delegados sindicais daquela instituição será exercida sem prejuízo das suas actuais funções.

3 — Para os efeitos referidos em 1, são nomeados: Manuel de Jesus Ferreira Escalho e José Manuel Casanova".

2 — A solução adoptada é a única possível na actual fase de separação dos serviços da acção médico-social da Caixa de Previdência do dis-

trito de Leiria, porque não tem personalidade jurídica, administrativa e financeira. Daí que o despacho de poderes de gestão dos serviços da A.M.S. aos actuais delegados sindicais da comissão administrativa da Caixa de Previdência do distrito de Leiria. Assim se evita o empolamento artificial de órgãos de gestão de transição às instituições de Previdência, contrariando a vontade expressa da União dos Sindicatos do distrito de Leiria que pretende ver empossada mais "30 comissões administrativas".

3 — Ao manter os actuais delegados sindicais, acusa-se a Secretaria de Estado da Segurança Social de fazer política antimovimento sindical. O despacho é por si só a negação absoluta dessa acusação.

4 — Afigura-se, também, que o referido despacho é anticonstitucional.

É tempo de perguntar: representam os delegados

dos sindicatos filiados às Uniões e na Intersindical membros das comissões administrativas, os trabalhadores deste país?

Aliás, a Constituição política é omissa no tocante a participação dos sindicatos na planificação e gestão da política de Saúde.

A demagogia é evidente e podia este Ministério rebater ponto por ponto o comunicado em questão, mas acrescenta-se apenas que se se aumentassem os vencimentos dos delegados sindicais, se poupariam muitas dezenas de contos por mês, por razões que "obviamente" a União dos Sindicatos de Leiria esconde aos trabalhadores.

Também aqui a Secretaria de Estado da Segurança Social prova não querer fazer política anti-sindical.

A verdade sobre algumas actuações de delegados sindicais nas comissões administrativas ainda não é conhecida dos trabalhadores portugueses. Este Ministério reserva-se o direito de, em momento oportuno, dar conhecimento público de tais actuações a fim de que os trabalhadores tirem daí as devidas conclusões.

MARCELO CURTO À INTERSINDICAL

"TEMOS DE ENCONTRAR UMA FORMA DE PARTICIPAÇÃO DE TRABALHADORES"

Capitel 30/9/76

A nota oficial de 13 de Setembro sobre a legislação de trabalho e questões relativas ao I.N.A. T. E. L. foram os pontos principais do encontro de ontem do ministro do Trabalho com elementos do secretariado da Intersindical Nacional.

No final da reunião, os dirigentes da Intersindical declararam aos órgãos da Informação que tinham vindo manifestar o seu desacordo ao ministro do Trabalho sobre «a forma como foi posta à discussão a matéria contida na nota oficial, que não corresponde de modo algum a uma participação activa, consciente e unitária dos trabalhadores na Legislação do Trabalho, conforme consignam os art.º 58.º e 56.º da Constituição».

Os elementos do secretariado da Intersindical acrescentaram que, durante o encontro, alertaram o dr. Marcelo Curto para o perigo de um tema de Inconstitucionalidade, principalmente no que se refere à forma de participação.

Os representantes da Intersindical manifestaram ainda a sua preocupação «quanto ao ambiente que existe no seio da comissão administrativa do Inatel e sobre as dificuldades que têm sido levantadas ao exercício das funções do representante do movimento sindical», na comissão administrativa daquele organismo.

Por seu turno, o ministro do Trabalho, no final da reunião, declarou aos jornalistas: «As conclusões a que chegámos podem abrir-nos um caminho novo nas relações com a Intersindical, que efectivamente é uma or-

ganização sindical reconhecida por uma série de sindicatos, o que nós não podemos desconhecer.»

O dr. Marcelo Curto informou que durante o encontro os dirigentes da Intersindical pediram o adiamento do prazo para apreciação dos projectos de legislação e ainda que lhes fosse facultado o conhecimento prévio dos projectos.

Sobre estas reivindicações acrescentou que já vai apreciar alguns projectos sobre matérias anunciadas na nota oficial.

A finalizar declarou o ministro do Trabalho: «Pela forma como decorreu a reunião julgo que, se não nestes projectos, pelo menos noutros, que são muito importantes, temos de encontrar uma forma de participação dos trabalhadores diferente da que foi proposta na nota oficial, e que foi feita por circunstâncias de urgência e porque nos debatemos com um movimento sindical que não está unificado e com comissões de trabalhadores que não têm uma organização nacional. Efectivamente, não se trata só de consultar, mas de os trabalhadores exporem os seus pontos de vista e virem aqui discutir, se quiserem.»

Ainda sobre a mesma nota oficial, o secretariado da União dos Sindicatos de



A Intersindical salientou ao ministro do Trabalho que as matérias a legislar são da competência da A. R., que não mandou o Governo para o efeito

Lisboa entregou, também ontem à tarde, no Ministério do Trabalho, uma moção em que repudia o conteúdo da mesma «por ser contrária ao espírito e à letra da Constituição, na medida em que afasta, na prática, toda e qualquer possibilidade de participação organizada dos trabalhadores».

Na mesma moção, a União dos Sindicatos de Lisboa reivindica que o Ministério do Trabalho proceda à divulgação dos projectos sobre a matéria a legislar, através do movimento sindical e das

comissões de trabalhadores e ainda «um prazo de discussão que permita de facto a participação dos trabalhadores».

Na primeira parte do documento lembra-se que as matérias a legislar são da competência da Assembleia da República, que não mandou o Governo para o efeito e chama-se ainda a atenção para o facto de ser solicitada a participação do patronato «que é excluída pela Constituição, por não ser compatível com a transição para o socialismo».

Capitel 30/9/76

MARCELO CURTO DIALOGOU COM ELEMENTOS DA «INTER»

❖ Pontos focados: legislação de trabalho e INATEL

A nota oficial de 13 de Outubro sobre legislação de trabalho e questões relativas à INATEL foram os principais pontos focados durante o encontro, de ontem, do ministro do Trabalho com elementos do Secretariado da «INTER».

No final da reunião, os dirigentes da Intersindical declararam aos jornalistas que tinham ido manifestar o seu desacordo ao ministro do Trabalho sobre «a forma como foi posta à discussão a

matéria contida na nota oficial, que não corresponde de modo nenhum a uma participação activa, consciente e unitária dos trabalhadores na legislação do trabalho conforme consignam os art.º 58.º e 56.º da Constituição».

Por seu lado, o ministro do Trabalho, no final da reunião declarou aos jornalistas: «As conclusões a que chegámos podem abrir-nos um caminho novo nas relações com a Intersindical que efectivamente é uma organização sin-

dical reconhecida por uma série de sindicatos, o que nós não podemos desconhecer.»

O dr. Marcelo Curto informou que durante o encontro os dirigentes da INTER solicitaram o adiamento do prazo para apreciação dos projectos de legislação e ainda que lhes fosse facultado o conhecimento prévio dos projectos.

Leis de trabalho

Marcelo Curto recebeu a «Inter»

O Conselho de Ministros vai analisar, na sua reunião de hoje, o possível alargamento do prazo de consulta aos trabalhadores sobre a nova legislação de trabalho, segundo anunciou ontem o ministro do Trabalho no encontro que teve com elementos do Secretariado da Intersindical.

O plenário do Governo estudará, também, a pretensão da central sindical de que seja dado prévio conhecimento aos trabalhadores do conteúdo dos diplomas que o Governo pretende publicar.

No final da reunião, ministros e dirigentes sindicais foram unânimes em salientar «o ambiente calmo e receptivo» em que decorreu o encontro.

A «Inter» salientara recentemente a «inconstitucionalida-

de» do método de consulta proposto pelo Ministério do Trabalho, dado o reduzido prazo concedido aos trabalhadores e o desconhecimento, por parte destes, dos textos dos projectos. Para além disto, a Intersindical critica o facto de o M. T. não prever a intervenção organizada dos trabalhadores, através da estrutura sindical, na revisão das leis de trabalho.

Outro ponto da agenda da reunião com Marcelo Curto respeitava às «dificuldades de participação do representante do Movimento Sindical, na Comissão Administrativa do Inatel, tendo o ministro do Trabalho assegurado que tudo faria para esclarecer o assunto.

D. Not
30/9/76

PUB.

SINDICATO DOS TRABALHADORES DA INDUSTRIA METALURGICA E METALOMECANICA DO DISTRITO DE LISBOA

MOÇÃO

— Considerando que a unidade do Movimento Sindical é a melhor forma de defender e salvaguardar os interesses e direitos dos trabalhadores;

— Considerando que apesar dos esforços feitos, no sentido da unidade de todos os Sindicatos e que a discussão seja feita dentro da estrutura do Movimento Sindical, algumas Direcções Sindicais continuam a furtar-se ao diálogo e à participação nas estruturas organizativas do Congresso de Todos os Sindicatos (C.N.O.P.C. e C.D.D.);

— Considerando que as iniciativas do grupo de Direcções Sindicais aderentes à chamada «carta aberta» fazem perigar a unidade de todos os Sindicatos e abrem as portas ao pluralismo sindical;

— Considerando que certos abaixo-assinados, que têm corrido de forma fraudulenta nas empresas, para angariar assinaturas com vista à contestação da Intersindical Nacional, apenas servem, consciente ou inconscientemente, a divisão dos trabalhadores e as manobras do patronato da CIP e da CAP;

Os Delegados Sindicais Metalúrgicos, reunidos em plenário no dia 28 de Setembro de 1976.

DECIDEM:

1.º Repudiar o sistema de recolha de assinaturas em abaixo-assinados, que em nada contribuem para a unidade dos trabalhadores, antes pelo contrário, tem servido para lançar os trabalhadores uns contra os outros;

2.º Repudiar todas as formas de pluralismo sindical, por enfraquecer a resistência organizada dos trabalhadores e abrir caminho aos saudos do 24 de Abril de 1974;

3.º Apelar a todos os trabalhadores para o perigo que corre o Movimento Sindical se não for reforçada a unidade;

4.º Apelar às Direcções Sindicais subscritoras da «carta aberta», que se integrem e participem na preparação do Congresso de todos os Sindicatos pela unidade dos trabalhadores, sob pena de assumirem a responsabilidade histórica de provocar a cisão do Movimento Sindical Unitário.

— Não às manobras divisionistas!

— Em frente pelo Congresso de todos os Sindicatos Portugueses, pela unidade dos trabalhadores!

— Pela reestruturação da Intersindical Nacional — Confederação Geral dos Sindicatos Portugueses!

— A luta continua!

— Unidos Venceremos!

APROVADA POR MAIORIA C/ 9 ABSTENÇÕES

UB.

SINDICATO DOS FERROVIARIOS DO CENTRO AOS TRABALHADORES FERROVIARIOS DO CENTRO

TODOS À ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

CAMARADAS:

O Movimento Sindical foi criado e reforçado pelos trabalhadores para defender os seus interesses de classe, para unir todos os trabalhadores na luta comum, para uma vida melhor, liberta de exploração.

É necessário lutar por uma política salarial e de contratação colectiva que melhore a vida de compra das classes laboriosas. É forçoso que estejamos unidos contra o desemprego e os despedimentos. Temos de lutar contra a recuperação capitalista.

Temos de discutir as leis fundamentais e defender a Constituição.

Devemos estar unidos para alcançarmos estes objectivos.

**EM FRENTE PELO CONGRESSO DE TODOS OS SINDICATOS
PELA UNIDADE DOS TRABALHADORES
PELA REESTRUTURAÇÃO DA INTERSINDICAL NACIONAL-CONFEDERAÇÃO
DOS TRABALHADORES PORTUGUESES!
TODOS À ASSEMBLEIA, QUE NINGUÉM FALTE!**

CONVOCATÓRIA

Nos termos do Art.º 33 alínea b dos estatutos, convoco uma Assembleia Geral Extraordinária, a realizar no dia 9 de Outubro (sábado) pelas 14,30 horas na cantina de Lisboa Rossio com a seguinte ordem de trabalhos:

1.º Congresso de todos os Sindicatos Portugueses-Discussão e deliberação do Projecto de Regulamento.

2.º Informação sobre legislação do trabalho-nota oficiosa do M.T.

NOTA: Camarada não faltas à nossa Assembleia, a nossa luta é a luta de todos os trabalhadores.

**EM FRENTE COM O CONGRESSO DE TODOS OS SINDICATOS!
NA UNIDADE A VITÓRIA DOS TRABALHADORES!
A LUTA CONTINUA!
UNIDOS VENCEREMOS!**

Lisboa, 29 de Setembro de 1976

O PRESIDENTE DA MESA DA ASSEMBLEIA GERAL
António Joaquim Gouveia

PUB.

Dúbia 30/9/76

SINDICATO DOS ESTIVADORES E BARQUEIROS DO DISTRITO DE SETÚBAL

SEDE: Avenida Luísa Todi, 13-1.º
TEL: 23714 - SETÚBAL

MOÇÃO

Analisando o conteúdo do discurso do sr. Primeiro-Ministro, do passado dia 9/9/76 e relativamente à forma apresentada pelo Chefe do Governo no que concerne o novo sistema de pagamento do chamado 13.º mês, através de títulos de Tesouro.

a) Considerando que estes Profissionais, que operam no Porto de Setúbal, por serem trabalhadores eventuais nunca auferiram tal subsídio;

b) Considerando que só através do seu Sindicato, normalmente lhes era atribuído uma escassa gratificação anual, resultante do saldo de exercício da cotização (nunca tenha sido essa gratificação superior a 500\$00);

c) Considerando que só a partir de 1/6/76, através de PRT emanada dos ministérios do Trabalho, Transportes e Comunicações e SE Planeamento, lhes foi garantido um subsídio de salário mensal;

d) Considerando ainda, que tal subsídio de 13.º mês, agora contemplado no novo CCT, só lhes é atribuído pela proporcionalidade do trabalho prestado;

Decidem:

1.º Protestar veementemente por tais medidas pelas consequências que para a classe acarretam.

2.º Solicitar ao sr. Primeiro-Ministro, uma audiência para melhor esclarecimento da situação.

3.º Envidar todos os esforços para que sejam alteradas tais medidas, que em nada favorecem estes trabalhadores.

PUB.

SINDICATO DOS OPERÁRIOS DA CONSTRUÇÃO CIVIL, MARCENARIA E CANTARIA DO DISTRITO DE SANTARÉM

MOÇÃO

A Direcção e Delegados Sindicais da Construção Civil do Distrito de Santarém, reunidos em Plenário, no dia 24/9/76, em Santarém, para discutir o momentoso problema do Congresso dos Sindicatos, DECIDEM:

1. Dar todo o apoio à COPC para que o próximo congresso seja de todos os Sindicatos para a UNIDADE PLENA DOS TRABALHADORES.

2. Dar todo o esforço pela reestruturação da Intersindical Nacional (CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES PORTUGUESES) que antes e depois do 25 de Abril é a vanguarda na defesa de todos os trabalhadores.

3. Rejeitar o PLURALISMO SINDICAL, forma divisionista ao serviço dos exploradores.

4. Aprovar o Projecto de Regulamento do Congresso de Todos os Sindicatos apresentado pela Intersindical Nacional.

5. Levar a efeito, em todos os locais de trabalho, reuniões para debater problemas do congresso.

6. Protestar contra as medidas de recuperação capitalista anunciadas pelo Governo e exigir deste o cumprimento da Constituição da República Portuguesa.

Santarém, 24 de Setembro de 1976

A Direcção e Delegados Sindicais